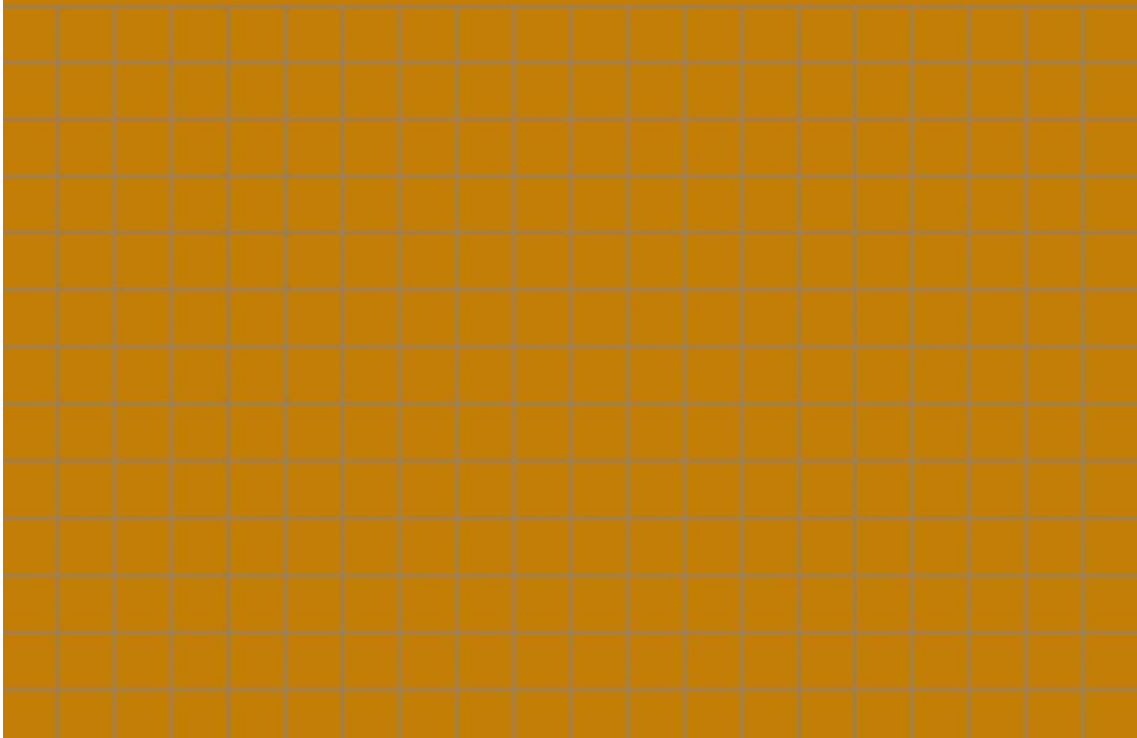




RELATÓRIO DA CONTA DE GERÊNCIA 2005



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RELATÓRIO

Gerência – 2005

[\(Ir para o Índice\)](#)



RELATÓRIO ANUAL

Gerência de 2005



Presidente da Assembleia da República
Jaime José Matos da Gama



Vice-Presidentes

Manuel Alegre de Melo Duarte
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
António Filipe Gaião Rodrigues
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Secretários

Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Fernando Santos Pereira
Artur Jorge da Silva Machado
Abel Lima Baptista

Vice-Secretários

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro



Conselho de Administração

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
Presidente

Jorge Fernando Magalhães da Costa
Representante do GP do PPD/PSD

João Guilherme Nobre Fragoso Rebelo
Representante do GP do CDS-PP

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes
Representante do GP do PCP

Helena Maria Moura Pinto
Representante do GP do BE

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes
Representante do GP do PEV

Maria Adélina de Sá Carvalho
Secretária-Geral da AR

Vitor Manuel Leal Madeira
Representante dos Funcionários Parlamentares

Glossário

| | |
|------------------|---|
| AACS | Alta Autoridade para a Comunicação Social |
| AHP | Arquivo Histórico Parlamentar |
| AIPFP | Assembleia Interparlamentar do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa |
| ANA | Assembleia Nacional de Angola |
| ANP | Assembleia Nacional Popular |
| ANSTP | Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe |
| APCE | Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa |
| APEM | Assembleia Parlamentar Euro Mediterrânica |
| APNATO | Assembleia Parlamentar da NATO |
| APUEO | Assembleia Parlamentar da UEO |
| ASG - UIP | Associação dos Secretários Gerais dos Parlamentos da UIP |
| BE | Bloco de Esquerda |
| CADA | Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos |
| CDS-PP | Centro Democrático Social – Partido Popular |
| CEAGP | Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública |
| CFPI | Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar |
| CFSI | Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações |
| CIBE | Cadastro de Inventariação de Bens do Estado |
| CIC / RP | Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas |
| CINF | Centro de Informática da AR |
| CNE | Comissão Nacional de Eleições |
| CNPD | Comissão Nacional de Protecção de Dados |
| DAC | Divisão de Apoio às Comissões |
| DAR | Diários da Assembleia da República |
| DAPAT | Divisão de Aprovisionamento e Património |
| DAPLEN | Divisão de Apoio ao Plenário |
| DE | Divisão de Edições |
| DGF | Divisão de Gestão Financeira |
| DILP | Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar |
| DR | Diário da República |

| | |
|---------------|---|
| DRAA | Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual |
| DRHA | Divisão de Recursos Humanos e Administração |
| DSAF | Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros |
| GARIP | Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo |
| GP | Grupo Parlamentar |
| GR% | Grau de Execução (percentagem) |
| ICS | Instituto de Ciências Sociais |
| INA | Instituto Nacional de Administração |
| LOFAR | Lei Orgânica da Assembleia da República |
| NATO | Organização do Tratado do Atlântico Norte |
| OAR | Orçamento da Assembleia da República |
| OCDE | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico |
| OE | Orçamento de Estado |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| OSCE | Organização de Segurança e Cooperação Europeia |
| PAR | Presidente da Assembleia da República |
| PCP | Partido Comunista Português |
| PEV | Partido Ecologista "Os Verdes" |
| PLP | Países de Língua Portuguesa |
| PNTL | Parlamento Nacional de Timor Leste |
| POC | Plano Oficial de Contabilidade |
| POC-AR | Plano Oficial de Contabilidade da Assembleia da República |
| PP | Partido Popular |
| PS | Partido Socialista |
| PSD | Partido Social Democrata |
| UE | União Europeia |
| UEO | União da Europa Ocidental |
| UIP | União Interparlamentar |

Índice

| | |
|---|-----------|
| Nota do Conselho de Administração | 12 |
| 1. Enquadramento Orçamental | 14 |
| 1.1 OAR2005 | 14 |
| 1.2 Execução Orçamental — 2005..... | 18 |
| 2. Actividades Parlamentares | 23 |
| 2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares | 27 |
| 2.2 Comissões Parlamentares..... | 28 |
| 2.3 Deslocações ao Estrangeiro | 29 |
| 2.4 Recepção de Delegações e Entidades Oficiais..... | 35 |
| 2.5 Outros Encargos Parlamentares | 38 |
| 3. Actividades de Apoio | 39 |
| 3.1 Gestão das Actividades de Apoio | 40 |
| 3.2 Gestão de Recursos Humanos..... | 43 |
| 4. Actividade Editorial | 50 |
| 5. Cooperação Interparlamentar | 54 |
| 6. Financiamento de Entidades Autónomas | 58 |
| 7. Investimentos | 60 |
| 8. Execução Financeira | 67 |
| 8.1 Das Despesas | 67 |
| 8.2 Das Receitas | 69 |
| Nota Final | 73 |

Índice de Quadros

| | |
|---|----|
| Quadro 1- ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PARA 2005..... | 17 |
| Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | 18 |
| Quadro 3 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM A SUBVENÇÃO PARA AS CAMPANHAS DAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2005 | 18 |
| Quadro 4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ACTIVIDADES | 20 |
| Quadro 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL | 22 |
| Quadro 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ACTIVIDADE PARLAMENTAR” | 25 |
| Quadro 7 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ACTIVIDADE PARLAMENTAR” | 26 |
| Quadro 8 – DESLOCAÇÕES (UIP) | 31 |
| Quadro 9 – DESLOCAÇÕES (NATO)..... | 32 |
| Quadro 10 – DESLOCAÇÕES (OSCE)..... | 34 |
| Quadro 11 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO..... | 35 |
| Quadro 12 – ENCARGOS COM AS “ACTIVIDADES DE APOIO” | 39 |
| Quadro 13 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ACTIVIDADES DE APOIO” | 40 |
| Quadro 14 – LANÇAMENTOS EDITORIAIS | 53 |
| Quadro 15 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS | 59 |
| Quadro 16 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS | 59 |
| Quadro 17 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO | 60 |
| Quadro 18 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS..... | 62 |
| Quadro 19 – PROJECTOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2006..... | 66 |
| Quadro 20 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA) | 67 |
| Quadro 21 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2006 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA | 68 |
| Quadro 22 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS..... | 70 |
| Quadro 23 – GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS EM 2005 | 70 |

Índice de Gráficos

| | |
|--|----|
| GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS | 20 |
| GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2005 | 22 |
| GRÁFICO 3 – PESSOAL AFECTO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES | 27 |
| GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE CONCURSAL | 43 |
| GRÁFICO 5 – EFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS | 45 |
| GRÁFICO 6 – EFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS/SERVIÇOS | 46 |
| GRÁFICO 7 – EFECTIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS | 46 |
| GRÁFICO 8 – EFECTIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL | 47 |
| GRÁFICO 9 – NÍVEL HABILITACIONAL POR SEXO | 47 |
| GRÁFICO 10 – EFECTIVOS POR GRANDES ÁREAS DE ACTIVIDADE | 48 |
| GRÁFICO 11 – EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EDITORIAL | 52 |
| GRÁFICO 12 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR | 70 |

Nota do Conselho de Administração

Nos termos do nº 1 do artigo 59º da LOFAR, o Conselho de Administração apresenta o **Relatório** relativo às duas gerências de 2005, bem como a Conta relativa ao período de 10 de Março a 31 de Dezembro referente à X Legislatura, com os elementos que foram, para o efeito, organizados e trabalhados pelos competentes Serviços da Assembleia da República, sob coordenação da Secretária Geral da Assembleia da República.

O Relatório que se apresenta traduz, pelas alterações que ao longo do ano de 2005 foram necessárias introduzir no OAR inicial, aprovado no Plenário em 6 de Dezembro de 2004, as características gerais da vertente orçamental e financeira da gestão da AR, que teve que se ir adaptando às realidades que decorreram:

- do início de uma nova Legislatura;
- da necessidade de corresponder às obrigações expressas na lei para o pagamento das Subvenções para as Campanhas Autárquicas de Outubro de 2005, havendo que proceder a um 2º orçamento suplementar, com a transferência de uma verba de €50.415.885 do OE, em virtude desta realidade não ter sido prevista no orçamento inicial.

Globalmente geriu-se – excluindo-se esta verba de cerca de 50 milhões de euros;

- um total de **€104.834.297** com um nível global de **execução de 85,3%**,
- dos quais **€98.559.540** em **Despesas Correntes** com um nível de **execução de 87,0%**.

Como naturalmente acontece, quando ocorre uma mudança de órgãos gestionários no decurso do ano económico, verificou-se alguma quebra no



desenvolvimento do investimento, tendo por isso a **execução** das **Despesas de Capital** rondado os **60%** (59,9%), dos **€6.274.757** inscritos.

No âmbito da Actividade Parlamentar, a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos, desenvolveu os habituais trabalhos de Sessões Plenárias e em Comissão, recebeu entidades estrangeiras e esteve representada nas delegações da UIP, APNATO, AIPFP, APCE, APEM, OSCE e UEO.

No âmbito da actividade dos Serviços de Apoio, há a salientar o início da implementação de um sistema de gestão financeira em POC, específico para a AR, POC-AR, sendo pela primeira vez fechado o Balanço a 31 de Dezembro de 2005 neste sistema de contabilidade.

Em matéria de informação continuou-se a desenvolver o programa de investimentos em equipamento informático e em soluções inovadoras de acesso e de alargamento da rede de informação.

Neste âmbito não pode deixar de se relevar a importância do projecto desenvolvido no CINF, com o apoio de outras unidades orgânicas dos serviços da AR, do qual resultou a primeira gestão electrónica das propostas de alteração ao OE apresentado pelo Governo à AR para 2006.

A continuação de uma actividade editorial própria, da abertura progressiva ao público em geral do Palácio de São Bento e da aproximação da Assembleia e da sua actividade parlamentar a esses e outros públicos, através da itinerância de algumas das suas exposições, marcam uma opção clara pelas linhas de política que se pretendem seguir nesta X legislatura.

Esta opção tem tido uma resposta franca e empenhada por parte de todos os funcionários nelas envolvidos, o que nos permite considerar também que o

plano de qualificação dos mesmos é matéria fundamental a ter em consideração na gestão dos recursos humanos.

1. Enquadramento Orçamental

1.1 OAR2005

Em 7 de Outubro de 2004, o Conselho de Administração emitiu parecer favorável ao projecto de Orçamento da Assembleia da República para 2005, tendo este sido posteriormente aprovado pelo Plenário, na sessão de 6 de Dezembro de 2004, nos termos da Resolução da Assembleia da República n.º 80/2004, publicada no Diário da República n.º 301 - I Série A, de 27 de Dezembro de 2004.

Na versão aprovada do OAR2005, os montantes inscritos para as despesas correntes e de capital ascenderam, respectivamente, a €93.231.481,19 e €5.544.675,04, traduzindo globalmente um aumento de 14,6% relativamente ao OAR2004 (cfr Quadro1).

O OAR2005 foi objecto de uma primeira alteração que, ao ser apreciada pelo Conselho de Administração em 6 de Abril, a submeteu à aprovação do Plenário da Assembleia da República a 28 de Abril¹, como 1º Orçamento Suplementar, alterando-se a dotação global de €98.776.156,23 para €104.834.296,71, em resultado da necessidade de se proceder a algumas operações contabilísticas, entre os quais se referem:

- A integração do saldo de gerência no montante de €9.383.198,20, valor que ultrapassou o inicialmente inscrito no OAR2005 (€3.500 000);

¹ Resolução da Assembleia da República n.º 28/2005 publicada no DR n.º 97 - I Série A, de 19 de Maio

- A integração do saldo de gerência da Provedoria de Justiça, no montante de €634.740, valor acima dos €500.000 inicialmente previstos, e inclusão de €6.902 a título de receitas próprias;
- A integração do saldo de gerência da Comissão Nacional de Protecção de Dados, no montante de €33.300,28, valor não previsto no OAR2005 inicial;
- A actualização em 2,5% das dotações das rubricas indexadas ao salário mínimo nacional, onde se contabilizam os vencimentos e abonos dos Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares, globalmente sujeitos a um *plafond* e, ainda, as subvenções a pagar aos Partidos Políticos e Grupos Parlamentares;
- O reforço das dotações das rubricas onde se registam os vencimentos e demais abonos em função da actualização de 2,2% e ainda das rubricas onde se contabiliza o subsídio de refeição em 3,5%;
- O reajustamento das dotações das rubricas com encargos assumidos em 2004, e que transitaram para 2005, no montante de €1.295 10³, cuja cobertura ficou assegurada pelo saldo de gerência entretanto apurado;
- O reforço da rubrica onde são imputados os subsídios de reintegração em virtude da antecipação das eleições legislativas ter determinado um maior número de situações com direito à respectiva atribuição;
- A inscrição da despesa inerente às remunerações devidas aos membros do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação e não prevista no OAR2005 inicial pelo facto da lei habilitante ter sido publicada após a elaboração do Orçamento;
- O reajustamento das dotações de algumas rubricas em função, quer da tendência registada nas mesmas, quer para cumprir o objectivo de uma melhor classificação das despesas num quadro de uma correcta imputação de encargos e, ainda, para fazer face a encargos não previstos aquando da elaboração do OAR2005.



Na sequência das Eleições Autárquicas de 2005 que tiveram lugar a 9 de Outubro, houve que proceder à inscrição do montante de €50.415.885, inerente ao pagamento das respectivas subvenções para as campanhas eleitorais, pelo que se elaborou um 2º Orçamento Suplementar, que obteve o parecer favorável do Conselho de Administração a 4 de Novembro de 2005, tendo sido aprovado em Plenário a 10 de Novembro do mesmo ano².

Para além dos dois orçamentos suplementares acima referidos, efectuaram-se quatro alterações orçamentais, que não influenciaram a despesa global, tendo como objectivo reajustar dotações e enquadrar situações entretanto surgidas. As respectivas alterações foram aprovadas pelo Conselho de Administração nas seguintes datas: 7 de Julho, 4 de Novembro, 29 de Novembro e 21 de Dezembro do ano em referência.

As alterações promovidas reflectiram-se ao nível das diversas actividades, conforme se apresenta no Quadro 1.

² Resolução da Assembleia da República n.º 63/2005 publicada no DR n.º 229 – I Série A, de 29 de Novembro

Quadro 1- ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA PARA 2005

Unidade: Euro

| | OAR2004 corrigido 1 | OAR2005 inicial 2 | OAR2005 corrigido 3 | Var% 4=2/1 | Var% 5=3/1 |
|--|---------------------------|-------------------------|---------------------------|---------------|---------------|
| ACTIVIDADES PARLAMENTARES | 31.668.679 | 31.850.824 | 34.435.770 | 0,6% | 8,7% |
| SUBVENÇÕES | 10.767.383 | 21.601.638 | 73.063.548 | 100,6% | 578,6% |
| ACTIVIDADES DE APOIO | 24.160.795 | 23.665.447 | 25.276.945 | -2,1% | 4,6% |
| ACTIVIDADE EDITORIAL | 2.664.586 | 2.299.700 | 2.502.567 | -13,7% | -6,1% |
| COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | 865.759 | 843.612 | 880.815 | -2,6% | 1,7% |
| ENTIDADES AUTÓNOMAS | 10.146.862 | 10.957.888 | 11.303.980 | 8,0% | 11,4% |
| OUTRAS ACTIVIDADES | 6.057 | 1.980.535 | 1.388.302 | 32600,2% | 22821,9% |
| CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO SERV. INFORM. | | 31.837 | 118.837 | | |
| CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ | | | 4.660 | | |
| DESPESAS CORRENTES (1) | 80.280.121 | 93.231.481 | 148.975.425 | 16,1% | 85,6% |
| OUTRAS ACTIVIDADES | | 100.000 | 157.000 | | |
| COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | 15.164 | 45.000 | 45.000 | 196,8% | 196,8% |
| ENTIDADES AUTÓNOMAS | 364.238 | 214.856 | 383.706 | -41,0% | 5,3% |
| INVESTIMENTO | 5.540.755 | 5.184.819 | 5.689.051 | -6,4% | 2,7% |
| DESPESAS DE CAPITAL (2) | 5.920.156 | 5.544.675 | 6.274.757 | -6,3% | 6,0% |
| TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2) | 86.200.277 | 98.776.156 | 155.250.182 | 14,6% | 80,1% |
| ORÇ. S/ SUBVENÇÃO PARA AS CAMPANHAS | 84.006.677 | 91.464.156 | 97.340.297 | 8,9% | 15,9% |

Da análise ao Quadro 1 verifica-se que o OAR2005 corrigido apresenta um crescimento de 80,1%, essencialmente justificado pela inclusão dos montantes relativos às subvenções para as campanhas das Eleições Autárquicas (€50.415.885) e Legislativas (€7.494.000). Sem estes valores, o Orçamento de 2005 corrigido apresenta um crescimento de 15,9% (cfr. Quadro 1).

Em “Despesas Correntes” a variação é fortemente influenciada, para além do crescimento de 153,3% na “Actividade Parlamentar” já justificado pelas subvenções para as campanhas eleitorais atrás referidas, pelo aumento de 22.821,9% em “Outras Actividades”, onde se inscreve a dotação provisonal.

O Quadro 1 evidencia ainda que, no que respeita às despesas de capital, o maior aumento percentual verifica-se na “Cooperação Interparlamentar” com um acréscimo de 196,8%, devido ao crescimento das despesas previstas com equipamento e software informático no âmbito da cooperação, muito embora o aumento de 2,7% em “Investimento” represente uma variação superior em termos absolutos (de €5.540.755 em 2004 para €5.689.051 em 2005).

1.2 Execução Orçamental — 2005

Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

| | OAR2005 corrigido | Execução Orçamental | |
|--------------------------|----------------------|---------------------|--------------|
| | | Euro | GR% |
| DESPEAS CORRENTES | 148.975.425 | 85.701.308 | 57,5% |
| DESPEAS DE CAPITAL | 6.274.757 | 3.759.968 | 59,9% |
| TOTAL DAS DESPEAS | 155.250.182 | 89.461.276 | 57,6% |

Em 2005, os encargos assumidos atingiram €89.461.276 (Quadro 2), traduzindo-se numa execução orçamental de 57,6%, o que equivale a não terem sido utilizados €65.788.906 do valor total orçamentado, sendo que €50.415.885 dizem respeito à subvenção para a campanha das Eleições Autárquicas de 2005, que não pode ser paga dado que os resultados oficiais foram publicados tardiamente, já em 6 de Fevereiro de 2006, verificando-se assim que o grau de execução das despesas correntes e de capital foi respectivamente de 57,5% e 59,9%.

Assim, e com o objectivo de melhor esclarecer a execução da actividade da AR, far-se-á de agora em diante uma análise que não inclui o montante da Subvenção para a Campanha das Eleições Autárquicas de 2005, dado que o pagamento só ocorreu em 2006, após a publicação dos resultados eleitorais em Diário da República.

Quadro 3 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM A SUBVENÇÃO PARA AS CAMPANHAS DAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS DE 2005

Unidade: Euro

| | OAR2005 corrigido s/ subv. p/ campanhas autárquicas | Execução Orçamental | |
|--------------------------|--|---------------------|--------------|
| | | Euro | GR% |
| DESPEAS CORRENTES | 98.559.540 | 85.701.308 | 87,0% |
| DESPEAS DE CAPITAL | 6.274.757 | 3.759.968 | 59,9% |
| TOTAL DAS DESPEAS | 104.834.297 | 89.461.276 | 85,3% |

Nestes termos, isto é excluindo o montante da subvenção atrás referida, conclui-se que a taxa de execução orçamental para a totalidade das



despesas em 2005 foi de 85,3%, com um nível de execução de 87,0% em “Despesas correntes” e de 59,9% em “Despesas de Capital”, constituindo estas percentagens as que verdadeiramente traduzem a execução resultante da actividade normal da AR.

Desagregando a execução por actividades (Quadro 4), face à respectiva natureza de despesa, a maior taxa de execução orçamental é atingida nas “Entidades Autónomas” (97,1%), seguida da “Actividade Parlamentar” (91,1%), do “Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação” (88,7%) e das “Actividades de Apoio” (85,0%).

Quanto às despesas de capital, importa destacar as despesas de investimento assumidas no âmbito da “Entidades Autónomas” com uma taxa de execução de 100%, dado que se trata de transferências do OE para fazer face aos encargos com as Entidades Autónomas, bem como a execução de 59,3% que traduz a actividade da AR propriamente dita, ao nível da sub-actividade “Investimento”, justificando-se devidamente o baixo nível de execução no final deste relatório.

Quadro 4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ACTIVIDADES

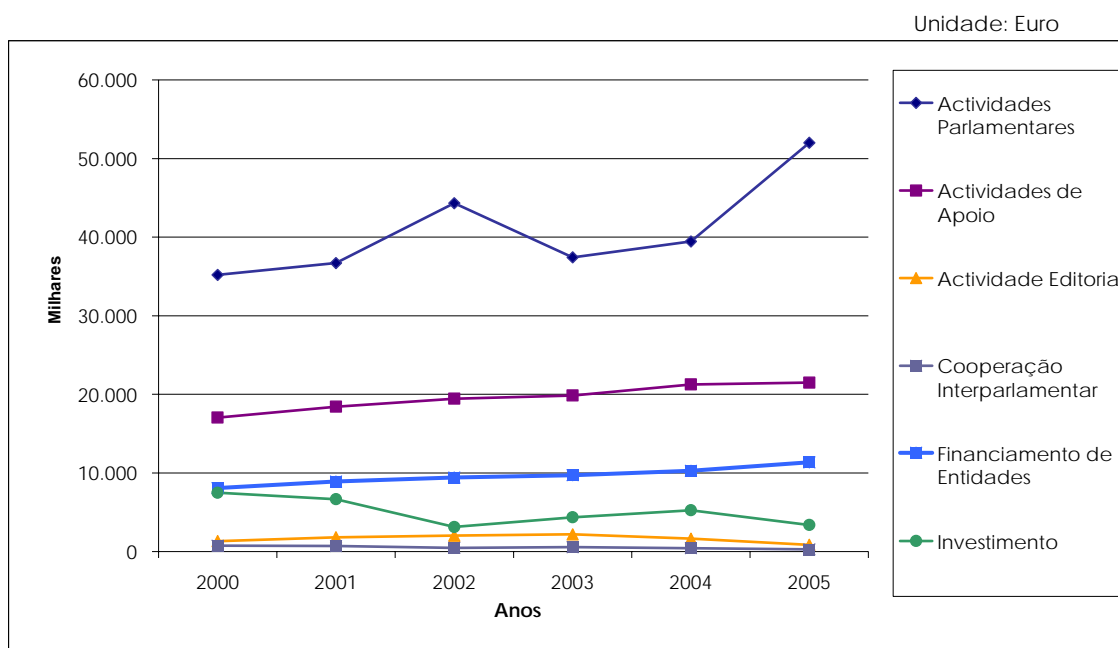
Unidade: Euro

| Actividades | OAR2005 corrigido s/ subv. p/ campa. Autárquicas | Encargos assumidos | | |
|--|---|--------------------|--------------|---------------|
| | | Euro | GR% | Estrutura |
| ACTIVIDADES PARLAMENTARES | 57.083.433 | 52.002.173 | 91,1% | 58,1% |
| ACTIVIDADES DE APOIO | 25.276.945 | 21.491.141 | 85,0% | 24,0% |
| ACTIVIDADE EDITORIAL | 2.502.567 | 854.910 | 34,2% | 1,0% |
| COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | 880.815 | 274.003 | 31,1% | 0,3% |
| ENTIDADES AUTÓNOMAS | 11.303.980 | 10.971.527 | 97,1% | 12,3% |
| OUTRAS ACTIVIDADES (*) | 1.388.302 | 0 | 0,0% | 0,0% |
| CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO SERV. INFORM. | 118.837 | 105.463 | 88,7% | 0,1% |
| CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ | 4.660 | 2.091 | 44,9% | 0,0% |
| DESPESAS CORRENTES (1) | 98.559.540 | 85.701.308 | 87,0% | 95,8% |
| OUTRAS ACTIVIDADES (*) | 157.000 | | 0,0% | 0,0% |
| COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | 45.000 | 82 | 0,2% | 0,0% |
| ENTIDADES AUTÓNOMAS | 383.706 | 383.706 | 100,0% | 0,4% |
| INVESTIMENTO | 5.689.051 | 3.376.179 | 59,3% | 3,8% |
| DESPESAS DE CAPITAL (2) | 6.274.757 | 3.759.968 | 59,9% | 4,2% |
| TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2) | 104.834.297 | 89.461.276 | 85,3% | 100,0% |

(*) Dotação Provisional não utilizada

A evolução da despesa realizada por actividades no decurso dos últimos seis anos, consta do Gráfico 1, verificando-se que, no ano de 2005, houve um ligeiro decréscimo ao nível do "Investimento", dada a existência de concursos públicos cujos encargos irão onerar o OAR2006. Por outro lado, é possível observar um crescimento dos encargos ao nível das "Actividades Parlamentares", cujas oscilações reflectem o calendário eleitoral e consequentemente a existência ou não de subvenções que se destinam às campanhas eleitorais, sendo que em 2005 o montante pago foi de €7.502.810,04, parte para as Eleições Legislativas e parte correspondente ao montante relativo às Autárquicas de 2001 pago ao Bloco de Esquerda tendo em consideração o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 15 de Novembro de 2005 (Processo nº 1414/02-20), relativo à concretização do conceito "resultados eleitorais" como referente ao número de votos obtidos nos actos eleitorais, e não aos mandatos deles resultantes.

Gráfico 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS



No Quadro 5 encontram-se reflectidos os valores dos **encargos assumidos** para os dois últimos anos, verificando-se na maioria das actividades um crescimento relativamente ao ano anterior, destacando-se a “Actividade Parlamentar” que cresceu 31,8%, pelas razões já referidas que se prendem com o caderno eleitoral, com o conseqüente pagamento das respectivas subvenções para as campanhas das Eleições Legislativas bem como do acerto efectuado ao BE relativo às Autárquicas de 2001.

Quanto aos decréscimos verificados relativamente aos encargos assumidos, regista-se:

- “Actividade Editorial” (-47,7%), devido essencialmente:
 - o à redução dos encargos com a edição dos Diários da Assembleia da República I Série, que passaram a estar disponíveis por via electrónica;
 - o à correcta imputação das despesas com publicidade que passaram a onerar as “Despesas de Funcionamento”; e
 - o à diminuição da edição de novas peças/publicações,

- “Investimento” (-35,6%); e
- “Cooperação Interparlamentar” (-23,8%), as restantes actividades registaram algum incremento

Estes dois últimos decréscimos podem em parte ser justificados pela mudança de órgãos gestionários no decurso do ano em referência.

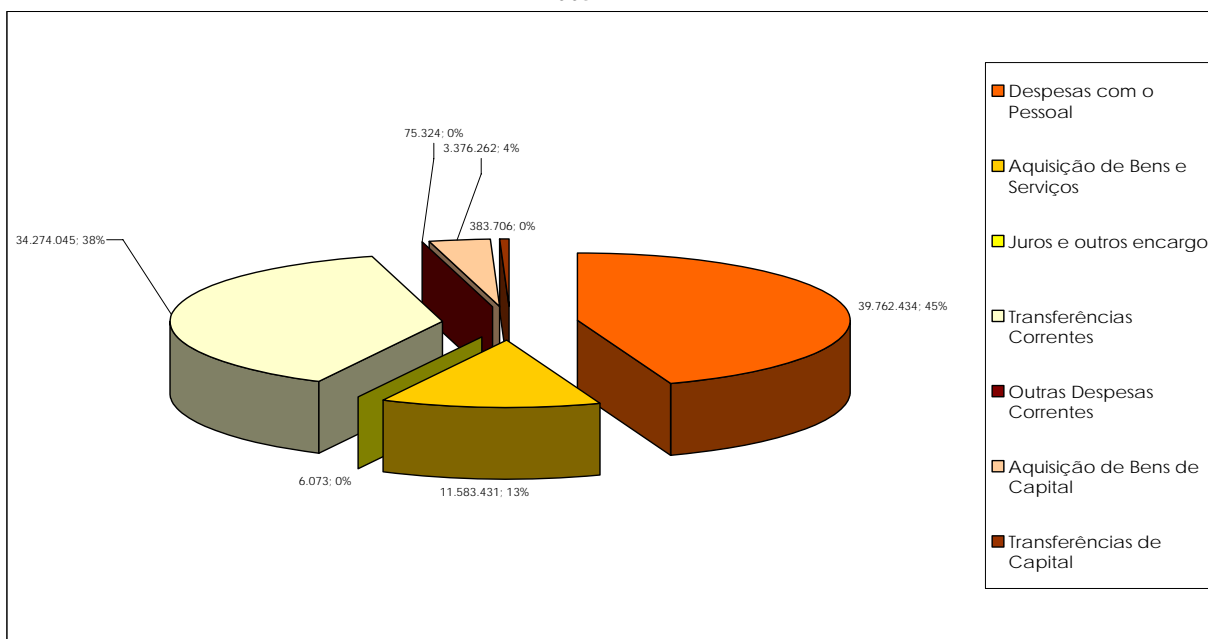
Quadro 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

| Actividades | Enc. Assumidos 2004 | Enc. Assumidos 2005 | Var% |
|--|---------------------|---------------------|--------------|
| ACTIVIDADES PARLAMENTARES | 39.450.877 | 52.002.173 | 31,8% |
| ACTIVIDADES DE APOIO | 21.262.449 | 21.491.141 | 1,1% |
| ACTIVIDADE EDITORIAL | 1.635.985 | 854.910 | -47,7% |
| COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR | 415.150 | 274.085 | -34,0% |
| FINANCIAMENTO DE ENTIDADES | 10.275.206 | 11.355.233 | 10,5% |
| CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO SERV. INFORM. | | 105.463 | |
| CONSELHO DE ACOMP. JULGADOS DE PAZ | | 2.091 | |
| INVESTIMENTO | 5.243.196 | 3.376.179 | -35,6% |
| TOTAL DAS DESPESAS | 78.282.863 | 89.461.276 | 14,3% |

O Gráfico 2 apresenta a distribuição da despesa assumida, por agrupamento económico. As “Despesas com o Pessoal” representam 44,45% do total da despesa de 2005, seguidas das “Transferências Correntes” (38,1%), em que se incluem os montantes a transferir para as Entidades Autónomas, para os Partidos Políticos e para as candidaturas das campanhas eleitorais.

Gráfico 2 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2005



2. Actividades Parlamentares

Do conjunto das actividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam directamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, com funções de orientação e fiscalização política, legislativa e electiva de outros órgãos.

Se bem que a actividade política do Parlamento seja objecto de um Relatório específico e autónomo, nos termos do artº 291º do Regimento, referem-se desde já alguns indicadores próprios dessa actividade.

Assim, em 2005, deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: 49 Propostas de Lei, 190 Projectos de Lei, 32 Propostas de Resolução, 90 Projectos de Resolução, 7 Projectos de Deliberação, 12 Apreciações Parlamentares e foram aprovadas 1 Lei Constitucional, 5 Leis Orgânicas, 63 Leis, 64 Resoluções e 4 Deliberações.



Foram também dirigidos pelos Deputados 1.258 Requerimentos ao Governo, 1100 à Administração Local, 2 à Assembleia da República e 1 à Região Autónoma dos Açores. No mesmo ano foram obtidas 1050 respostas do Governo, 207 respostas da Administração Local e 2 respostas da Assembleia da República a requerimentos efectuados.

Realizaram-se 69 reuniões plenárias e 5 da Comissão Permanente. Também no âmbito da actividade parlamentar foram realizadas 27 Conferências dos Representantes dos Grupos Parlamentares (vulgo, Conferência de Líderes).

A actividade parlamentar originou a produção de Diários da Assembleia da República, tendo resultado 93 números da I Série, 43 números e 33 suplementos da II Série-A, 26 números e 47 suplementos da II Série-B e 24 números e 1 suplemento da II Série-C. Esta produção desenvolveu-se a partir da gravação de 3.232 cassetes áudio, gravadas ao longo de 518 horas, durante as reuniões do Plenário da Assembleia da República e as reuniões das Comissões Parlamentares, e ainda de 10.590 páginas da I Série que foram objecto de transcrição directa das gravações para efeitos de edição electrónica e de 43.450 páginas da II Série, com a preparação de todos os documentos relativos ao processo legislativo e outros também com vista à edição electrónica.

A divulgação das actividades parlamentares através do Canal Parlamento envolveu a produção de 2.495 horas de emissão (em directo e em diferido), correspondentes a reuniões do Plenário, das Comissões Parlamentares, de Conferências e de outros eventos realizados na Assembleia da República.

Em termos globais, e como se infere do Quadro 4, as "Actividades Parlamentares" representam 58,1% dos encargos assumidos e obtiveram um nível de execução de 91,1%. Regista-se no quadro seguinte a correspondente desagregação da despesa realizada pelas respectivas sub-actividades:

Quadro 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

| Actividade Parlamentar | OAR2005 Corrigido | Encargos assumidos | | |
|--|----------------------|--------------------|--------------|---------------|
| | | Euro | GR% | Estrutura |
| Presidente da Assembleia da República | 106.041 | 104.448 | 98,5% | 0,2% |
| Gabinete de Apoio ao PAR | 1.043.650 | 690.026 | 66,1% | 1,3% |
| Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários | 977.579 | 792.769 | 81,1% | 1,5% |
| Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec. | 357.255 | 257.893 | 72,2% | 0,5% |
| Conselho de Administração | 73.580 | 57.032 | 77,5% | 0,1% |
| Grupos Parlamentares | 876.215 | 842.720 | 96,2% | 1,6% |
| Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares | 6.432.549 | 6.345.251 | 98,6% | 12,2% |
| Comissões Parlamentares | 955.140 | 151.150 | 15,8% | 0,3% |
| Deputados | 19.220.478 | 17.770.490 | 92,5% | 34,2% |
| Parlamento Europeu | 1.222.975 | 1.155.786 | 94,5% | 2,2% |
| Comemorações do Aniversário do 25 de Abril | 22.252 | 20.635 | 92,7% | 0,0% |
| Deslocações em Território Nacional | 97.040 | 12.096 | 12,5% | 0,0% |
| Deslocações ao Estrangeiro | 2.275.942 | 993.780 | 43,7% | 1,9% |
| Recepção de Delegações e Entidades Oficiais | 541.522 | 166.888 | 30,8% | 0,3% |
| Parlamento das Crianças e dos Jovens | 59.600 | 56.087 | 94,1% | 0,1% |
| Outros Encargos Parlamentares | 73.121.748 | 22.580.826 | 30,9% | 43,4% |
| Grupos Parlamentares de Amizade | 115.752 | 4.295 | 3,7% | 0,0% |
| TOTAL DAS DESPESAS | 107.499.318 | 52.002.173 | 48,4% | 100,0% |
| TOTAL DAS DESPESAS S/ SUBV. CAMPANHAS AUTÁRQUICAS | 57.083.433 | 52.002.173 | 91,1% | 100,0% |

O Quadro 6 permite avaliar a estrutura dos encargos assumidos por cada uma das dezassete sub-actividades que integram as “Actividades Parlamentares”, bem como o respectivo grau de execução orçamental, concluindo-se que 89,8% do total dos encargos assumidos correspondem às seguintes componentes:

- “Deputados” – que integra as despesas com as respectivas componentes remuneratórias, nomeadamente: Vencimentos, Vencimentos Extraordinários, Despesas de Representação, Ajudas de Custo, Despesas de Deslocação, Prestações Complementares, Contribuições para a Segurança Social, Seguros e Subsídio de Reintegração, sendo de destacar o aumento verificado nesta última, dada a ocorrência de eleições legislativas que determinaram um maior número de situações com direito ao respectivo subsídio (34,2%);

- “Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares” – onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal afecto a estes Gabinetes (12,2%); e
- “Outros encargos parlamentares” – onde se contabilizam os encargos com as subvenções aos partidos políticos representados na Assembleia da República, as subvenções para as campanhas eleitorais e as quotizações respeitantes às organizações internacionais que a Assembleia da República integra (43,4%).

Quadro 7 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ACTIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

| Actividade Parlamentar | Enc. Assumidos 2004 | Enc. Assumidos 2005 | Var% |
|--|---------------------|---------------------|--------------|
| Presidente da Assembleia da República | 103.741 | 104.448 | 0,7% |
| Gabinete de Apoio ao PAR | 608.417 | 690.026 | 13,4% |
| Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários | 802.497 | 792.769 | -1,2% |
| Gabinetes de Apoio dos Vice-Pres., Sec. e Vice-Secret. | 227.968 | 257.893 | 13,1% |
| Conselho de Administração | 63.863 | 57.032 | -10,7% |
| Grupos Parlamentares | 844.719 | 842.720 | -0,2% |
| Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares | 6.018.220 | 6.345.251 | 5,4% |
| Comissões Parlamentares | 118.210 | 151.149,5 | 27,9% |
| Deputados | 16.736.561 | 17.770.490 | 6,2% |
| Parlamento Europeu | 1.139.281 | 1.155.786 | 1,4% |
| Comemorações do Aniversário do 25 de Abril | 93.761 | 20.635 | -78,0% |
| Deslocações em Território Nacional | 61.397 | 12.096 | -80,3% |
| Deslocações ao Estrangeiro | 1.348.778 | 993.780 | -26,3% |
| Recepção de Delegações e Entidades Oficiais | 387.445 | 166.888 | -56,9% |
| Parlamento das Crianças e dos Jovens | 48.612 | 56.087 | 15,4% |
| Outros Encargos Parlamentares | 10.814.780 | 22.580.826 | 108,8% |
| Grupos Parlamentares de Amizade | 32.628 | 4.295 | -86,8% |
| TOTAL DAS DESPESAS | 39.450.877 | 52.002.173 | 31,8% |

Relativamente à evolução entre 2004 e 2005 dos encargos assumidos (Quadro 7), as “Actividades Parlamentares” em termos globais registaram um acréscimo de 31,8%. Há novamente que salientar as sub-actividades com maior peso relativo, nomeadamente “Outros encargos parlamentares” e “Comissões Parlamentares”, a primeira devido ao pagamento da subvenção



para as campanhas das Eleições Legislativas de 2005, e a segunda decorrente das despesas realizadas no âmbito da VIII Comissão Eventual de Inquérito à Tragédia de Camarate.

Ainda no âmbito das “Actividades Parlamentares”, verificou-se uma diminuição dos encargos assumidos nas “Deslocações em território nacional” e nas “Deslocações ao estrangeiro”, respectivamente de 80,3% e 26,3%, em parte devido à antecipação das Eleições Legislativas e correspondente suspensão dos trabalhos parlamentares.

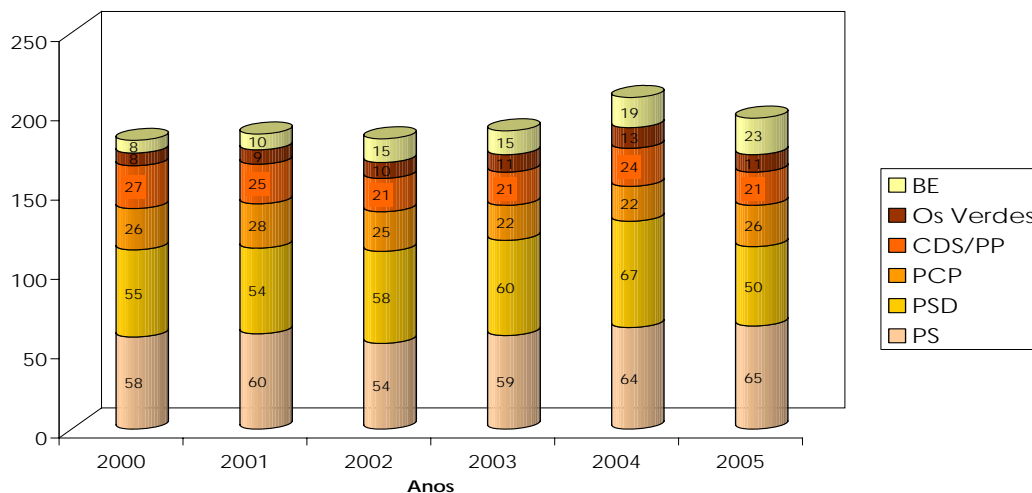
Importa referir que em 2004, dada a relevância da celebração do 30º aniversário das “Comemorações do 25 de Abril”, esse evento determinou o crescimento dos respectivos encargos (cerca de quinze vezes superior ao de 2003), sendo que em 2005 a execução retomou os valores normais, apresentando um decréscimo de 78,0% quando comparado com a execução de 2004.

Por último, anota-se que o crescimento nas sub-actividades “Gabinete de apoio ao PAR”, “Gabinete de apoio aos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários” e “Deputados” se deveu à mudança de Legislatura e consequentes alterações ao nível de Pessoal e Deputados, que vieram onerar as respectivas sub-actividades.

2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares

A evolução do número de funcionários por Grupo Parlamentar, nos últimos cinco anos, é apresentada no Gráfico seguinte.

Gráfico 3 – PESSOAL AFECTO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES



A gestão das verbas atribuídas nos termos do artigo 46.º da LOFAR, para suportar os vencimentos e demais abonos do pessoal que integra os respectivos Gabinetes de Apoio, é da estrita responsabilidade de cada um dos Grupos Parlamentares.

2.2 Comissões Parlamentares

No ano de 2005, no seu conjunto, as Comissões e as Subcomissões Parlamentares efectuaram 451 reuniões, das quais 125 contaram com a presença de Membros do Governo. Foram igualmente concedidas 127 audiências e promovidas 189 audições parlamentares.

Durante o ano funcionaram as seguintes Comissões Parlamentares:

A - Comissões Permanentes

- 1ª - "Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias";
- 2ª - "Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas";
- 3ª - "Assuntos Europeus";
- 4ª - "Defesa Nacional";
- 5ª - "Orçamento e Finanças";
- 6ª - "Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional";

7ª - "Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território";

8ª - "Educação, Ciência e Cultura";

9ª - "Obras Públicas, Transportes e Comunicações";

10ª - "Saúde";

11ª - "Trabalho e Segurança Social"

12ª - "Ética".

B - Comissões Eventuais:

- "Revisão Constitucional";
- "Incêndios Florestais";
- "Verificação de Poderes".

C - Comissão de Inquérito

- "Gestão do Processo Eurominas".

Iniciada a X Legislatura, as 12 comissões especializadas permanentes tomaram posse nos dias 5 e 6 de Abril de 2005.

Relativamente às comissões eventuais, a Comissão Eventual para a Revisão Constitucional tomou posse no dia 25 de Maio e concluiu os seus trabalhos a 29 de Julho. A Comissão Eventual para os Fogos Florestais, constituída na X Legislatura, tomou posse no dia 23 de Novembro e a Comissão Eventual para a Verificação de Poderes tomou posse no dia 10 de Março e concluiu os seus trabalhos a 6 de Abril.

A Comissão Parlamentar de Inquérito ao Processo Eurominas tomou posse no dia 7 de Dezembro de 2005.

2.3 Deslocações ao Estrangeiro

No domínio das Organizações Internacionais das quais a Assembleia da República é membro e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, a Assembleia da República participou, por intermédio das suas

representações permanentes e/ou extraordinárias, nas seguintes reuniões internacionais, com deslocações asseguradas pelos Serviços.

2.3.1. No âmbito da **União Interparlamentar (UIP)** verificaram-se 33 deslocações, destacando-se a 112ª Assembleia da União Interparlamentar (2 a 8 de Abril), que centrou os seus trabalhos, no Plenário e nas Comissões Permanentes, nos seguintes temas:

- O papel dos Parlamentos no estabelecimento e funcionamento de mecanismos para o julgamento de crimes de guerra, crimes contra a humanidade, genocídio e terrorismo, para evitar a sua impunidade;
- O papel dos Parlamentos no estabelecimento de mecanismos inovadores para o financiamento e comércio internacional, para enfrentar o problemas das dívidas e para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;
- O papel dos Parlamentos na imposição da defesa dos Direitos Humanos e nas estratégias de prevenção, gestão e tratamento do vírus do HIV/SIDA;
- Desastres Naturais: O papel dos Parlamentos na prevenção, reabilitação, reconstrução e protecção dos grupos mais vulneráveis.

A 113ª Assembleia da UIP (16 a 19 de Outubro) debateu o papel dos Parlamentos no caso de violações da liberdade de expressão ligadas ao combate ao terrorismo, as migrações e o desenvolvimento e a importância da sociedade civil na consolidação das sociedades democráticas.

As 33 deslocações feitas no âmbito da UIP foram distribuídas da seguinte forma:

Quadro 8 – DESLOCAÇÕES (UIP)

| Deslocações (UIP) | N.º |
|--|-----|
| 113ª Assembleia da União Interparlamentar | 8 |
| 114ª Assembleia da União Interparlamentar | 5 |
| 4ª Conferência sobre Segurança e Cooperação no Mediterrâneo | 2 |
| Reunião Parlamentar por ocasião da 49ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto das Mulheres | 2 |
| Seminário Parlamentar sobre gestão ambiental e desenvolvimento sustentável | 2 |
| Painel Parlamentar no quadro do Simpósio Anual da OMC | 2 |
| Seminário sobre Direitos Humanos | 2 |
| Reunião preparatória da sessão inaugural da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo | 2 |
| 6ª Sessão da mesa redonda parlamentar por ocasião da 7ª Sessão da Conferência das Nações Unidas sobre combate à desertificação | 2 |
| Reunião Anual na Assembleia Geral da ONU | 2 |
| Painel parlamentar por ocasião de 2ª fase da Cimeira Mundial para a Sociedade da Informação | 2 |
| Reunião parlamentar por ocasião da Conferência da OMC | 2 |

No âmbito da UIP, tiveram lugar ainda, em paralelo com as conferências, as reuniões da Associação dos Secretários Gerais dos Parlamentos da UIP (ASG-UIP), de que é membro o Secretário Geral da Assembleia da República.

2.3.2. Decorreu em Brasília, entre 27 e 28 de Janeiro de 2005, o IV Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa, no âmbito da **Assembleia Interparlamentar do Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa**, com a participação da Delegação Nacional composta por 3 Deputados.

2.3.3. Tiveram lugar 39 deslocações no âmbito da delegação parlamentar portuguesa à **Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO)**, destacando-se os seguintes temas: “Futuro da Aliança”; “As relações económicas da Rússia com a UE em matéria de política e de energia”; “Segurança: a Cooperação NATO-EU”; “A NATO e o Mediterrâneo”; “As operações fora da zona NATO”; “O papel actual da NATO na segurança dos Balcãs”; “Evolução do papel da NATO nas operações pós-conflito”. Essas deslocações tiveram a seguinte distribuição:

Quadro 9 – DESLOCAÇÕES (NATO)

| Deslocações (NATO) | N.º |
|---|-----|
| Visita Anual | 1 |
| Sessão da Primavera (Plenária) | 14 |
| Subcomissão para a Cooperação Transatlântica em Matéria de Defesa e Segurança | 1 |
| Seminário "Rose-Roth" | 2 |
| Grupo Especial do Mediterrâneo | 1 |
| Comissão de Economia e Segurança | 1 |
| 6º. Programa para os "Jovens Parlamentares" | 1 |
| Comissão Civil e da Segurança | 1 |
| Subcomissão para o Futuro das Capacidades de Segurança e Defesa | 1 |
| 51ª. Sessão Anual (Plenária) | 11 |
| Grupo Especial do Mediterrâneo | 3 |
| Fórum Parlamentar Transatlântico | 2 |

2.3.4. No âmbito da delegação da **Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)**, destaca-se a realização da reunião do Bureau e da Comissão Permanente da APCE na Assembleia da República. Dos grandes temas debatidos ao longo do ano na APCE podem-se salientar os seguintes:

- Perspectivas para a paz no Próximo Oriente;
- Relações entre o Conselho da Europa e a UE
- Ameaça nuclear por parte do Irão
- A Terceira Cimeira e os seus desenvolvimentos
- Os objectivos do Milénio para o Desenvolvimento
- Organismos geneticamente modificados
- Luta contra o tráfico de seres humanos;
- Acompanhamento de doentes em fase terminal
- A Gestão da Água
- Educação e Religião,
- Fluxos migratórios;
- A gripe das aves.

O total de deslocações efectuadas pela delegação portuguesa da APCE foi de 46 e visaram assegurar a sua participação nas respectivas sessões

ordinárias (27), comissões (16), missões (1), elaboração do Relatório sobre a melhoria da Visibilidade do Conselho da Europa(1) e reunião de Secretários (1).

2.3.5. A primeira Sessão Plenária da **Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (APEM)** realizou-se no Cairo entre os dias 12 e 15 de Março, tendo sido revista e avaliada a parceria Euro-Mediterrânica, dez anos após o seu início em Barcelona, em Novembro de 1995. Estiveram em debate a “Parceria Estratégica da União Europeia com o Mediterrâneo e o Médio Oriente”, a “Política de Vizinhança Europeia” e a adopção de recomendações sobre o apoio da União Europeia ao desenvolvimento nacional, modernização e programas de reforma nos Países Parceiros do Mediterrâneo, nos domínios político, económico, cultural e da educação.

Para além da deslocação efectuada à primeira Sessão Plenária, verificaram-se mais 9 deslocações para participação nas reuniões das Comissões e Sessão Plenária Extraordinária, distribuídas da seguinte forma: 1ª Sessão Plenária da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica e reuniões das três Comissões (1); Comissão Política, de Segurança e dos Direitos Humanos (3); Comissão para a Promoção da Qualidade de Vida, dos Intercâmbios Humanos e da Cultura (3); e Sessão Plenária Extraordinária e reuniões das três Comissões (2).

2.3.6. No contexto da delegação da **Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE)** ocorreram 22 deslocações distribuídas da seguinte forma:

Quadro 10 – DESLOCAÇÕES (OSCE)

| Deslocações (OSCE) | N.º |
|--|-----|
| 4ª Sessão de Inverno | 5 |
| 4ª Conferência sub-regional | 1 |
| 14ª Sessão Anual | 8 |
| Conferência de Outono | 3 |
| Missão de Observação das Eleições no Azerbaijão | 2 |
| Missão de Observação das Eleições no Cazaquistão | 3 |

O tema escolhido para a 14ª Sessão Anual desta organização foi “30 Anos Depois de Helsínquia: Os Próximos Desafios”. Este tema, que também foi discutido na 4ª Sessão de Inverno, foi objecto de várias resoluções e relatórios que destacaram o papel da OSCE desde a sua fundação até à actualidade. A 4ª Conferência sub-regional foi dedicada ao tema “Ambiente, Segurança e Cooperação”. Já durante a Conferência de Outono os participantes trocaram ideias sobre “Democracia e Boa Governação nas Sociedades Multiétnicas”.

2.3.7. No quadro da delegação da **Assembleia Parlamentar da União da Europa Ocidental (UEO)** tiveram lugar 42 deslocações visando a participação na I e II Partes da 51ª Sessão Ordinária da Assembleia da UEO (18), nas reuniões da “Comissão Política” (4), “Comissão de Defesa” (6), “Comissão Técnica e Aeroespacial” (4), Comité dos Presidentes (4), Comité dos Presidentes Alargado (2), Comissão de Relações Parlamentares e Públicas (1) e Seminário sobre “Manutenção da Paz na África Sub-Sahariana” (3).

Dos assuntos debatidos nas sessões ordinárias deste ano destacam-se o relatório sobre “A União Europeia e os Balcãs – Althea e outras operações”, no âmbito da Comissão de Defesa.

2.3.8. Destacam-se ainda as seguintes deslocações ao estrangeiro realizadas pelo **Presidente da Assembleia da República**, durante o ano de 2005, no âmbito da actividade internacional:

- Visita Oficial a Marrocos;
- Participação nas Conferências de Presidentes de Parlamntos da União Europeia (Budapeste), II Conferência Mundial dos Presidentes dos Parlamntos membros da UIP (Nova Iorque), I Fórum Parlamentar Ibero-Americano (Bilbao) e 5ª Conferência de Parlamntos Euro-Mediterrânicos (Barcelona);
- Participação, em representação do Estado Português, nas Comemorações Oficiais do 30º aniversário das independências de Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Constam do quadro seguinte alguns indicadores relativos a deslocações ao estrangeiro cuja contabilização se encontra distribuída por várias actividades.

Quadro 11 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO

Unidade: Euro

| | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 |
|---------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| N.º de deslocações | 428 | 454 | 468 | 394 | 351 |
| Despesa assumida | 1.421.574 | 1.248.930 | 1.647.382 | 1.189.380 | 993.780 |
| Despesa/deslocação | 3.321 | 2.751 | 3.520 | 3.019 | 2.831 |

Importa referir que o decréscimo da despesa com as deslocações ocorridas no âmbito da Assembleia da República, em 2005, que inclui ajudas de custo, hotéis e transportes, depende essencialmente da diminuição do número de viagens em virtude da antecipação das eleições legislativas.

2.4 Recepção de Delegações e Entidades Oficiais

No plano das relações externas, assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pelas Comissões Parlamentares ou por entidades exteriores com o patrocínio da Assembleia da República.

No plano das relações internacionais multilaterais, destacam-se as seguintes cerimónias e reuniões:

- Conferência Internacional “A Reforma das Nações Unidas”, da iniciativa da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas;
- Conferência Internacional “Portugal e as Missões de Paz” da iniciativa da Comissão de Defesa Nacional;
- Cerimónia de Entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa;
- Audição da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura sobre o Processo de Bolonha, na Universidade de Lisboa;
- Visita do Senador Hubert Haenel (França) e reunião com a Comissão de Assuntos Europeus, conjuntamente com a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;
- Café de Ciência da iniciativa da Comissão de Educação;
- Reunião da Comissão de Assuntos Europeus com uma Delegação da Comissão de Assuntos Constitucionais do Parlamento Europeu;
- Visita da Subcomissão para as Relações Transatlânticas da Assembleia Parlamentar da NATO, a convite da Comissão de Defesa Nacional.

No âmbito das relações internacionais bilaterais, salientam-se as seguintes cerimónias e visitas:

- Presidente da República da Turquia, Ahmet Sezer;
- Presidente da República Democrática e Popular da Argélia, Abdelaziz Bouteflika;
- Presidente da República da Eslováquia, Senhor Ivan Gasparovic;
- Presidente da República de Moçambique, Senhor Armando Emílio Guebuza;
- Presidente da República da Estónia, Senhor Arnold Ruutel;
- Primeiro-Ministro da República Popular da China, Senhor Wen Jiabao;
- Sua Alteza o Aga Khan;
- Visita Oficial a Portugal do Presidente da Câmara dos Comuns do Canadá, Senhor Peter Milliken;



- Visita Oficial a Portugal do Presidente do Congresso dos Deputados de Espanha, D. Manuel Marín;
- Visita Oficial a Portugal do Vice-Presidente do Comité Nacional da Conferência Consultiva Política da China, Senhor Zhou Tienong;
- Visita de uma Delegação Parlamentar da República da Coreia;
- Visita do Director-Geral da Câmara dos Deputados do Brasil, Dr. Sérgio Almeida;
- Visita de uma delegação de funcionários do Parlamento Albanês;
- Encontro e almoço do Presidente da Assembleia da República com representantes da FLAD;
- Encontro e almoço do Presidente da Assembleia da República com o Presidente da Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe;
- Encontro e almoço do Presidente da Assembleia da República com 15 Deputados do Estado do Massachusetts;
- Encontro do Presidente da Assembleia da República com a Senhora D. Madeleine Albright.

Paralelamente, foram ainda organizadas as seguintes cerimónias comemorativas e de homenagem:

- Doação de objectos e documentos do acervo do Dr. António Macieira Júnior, Presidente da Câmara dos Deputados em 1917;
- Inauguração pelo Presidente da Assembleia da República da Exposição “Menez, Jorge Martins e Pedro Casqueiro” – Obras da Caixa Geral de Depósitos;
- Sessão Solene Comemorativa do XXXI Aniversário do “25 de Abril”;
- Cerimónia de Inauguração da Exposição evocativa do XXX Aniversário da Comissão Nacional de Eleições;
- Cerimónia Comemorativa do Dia Nacional dos Direitos Humanos (Atribuição do Prémio Direitos Humanos e da Medalha Comemorativa do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos);
- Inauguração do Retrato do Ex-Presidente da Assembleia da República, Dr. João Bosco Mota Amaral.



Refere-se ainda que, para prossecução do objectivo relativo à abertura e relacionamento da Assembleia da República com várias entidades e organizações da sociedade civil, o Parlamento acolheu nos seus espaços a realização de vários eventos, designadamente colóquios, fóruns, debates, seminários, jornadas, conferências e reuniões.

2.5 Outros Encargos Parlamentares

Esta sub-actividade, que representa, em 2005, 43,4% dos encargos no conjunto das “Actividades Parlamentares” (Quadro 6), registou um aumento de 108,8% relativamente ao ano de 2004, conforme se pode verificar no Quadro 7, em virtude da atribuição das subvenções devidas pela realização de actos eleitorais.

A sub-actividade “Outros Encargos Parlamentares” engloba as quotizações, as subvenções aos partidos políticos representados na Assembleia da República e as referidas subvenções estatais para as campanhas eleitorais. No que se refere à primeira rubrica, a execução orçamental foi de 99,8%, ou seja, os encargos assumidos com quotas devidas a organismos internacionais em que a Assembleia da República é membro foram de €58.089,29, sendo que os valores mais significativos dizem respeito à UIP e à OSCE. No que respeita às subvenções atribuídas aos Partidos Políticos, a execução orçamental foi também elevada, representando 99,2% do valor inscrito nessa rubrica.

Por outro lado, ao nível das subvenções para as Campanhas Eleitorais, a execução foi de apenas 13%, uma vez que em 2005 não foram publicados os resultados das Eleições Autárquicas, tendo-se adiado para 2006 o pagamento das mesmas cujo valor inscrito era de €50.415.885, pelo que os encargos assumidos e pagos nesta rubrica são os relativos à campanha das Eleições Legislativas de 2005 (€7.494 10³), e ao acerto efectuado no âmbito das Autárquicas de 2001 (€8.809 10³), dado o Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de 15 de Novembro de 2005 (Processo nº 1414/02-20).

3. Actividades de Apoio

De acordo com o Quadro 3, as “Actividades de Apoio” corresponderam, em 2005, a 24,0% do total das despesas assumidas (correntes e de capital), destacando-se de entre elas a sub-actividade “Serviços da Assembleia da República” como a mais representativa na estrutura de despesa, com 60,4% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respectivo agrupamento (Quadro 12).

Quadro 12 – ENCARGOS COM AS “ACTIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

| Actividades de Apoio | OAR2005 corrigido | Encargos assumidos | | |
|-------------------------------------|-------------------|--------------------|--------------|---------------|
| | | Euro | GR% | Estrutura |
| Serviços da Assembleia da República | 14.691.606 | 12.989.371 | 88,4% | 60,4% |
| Gabinete do Secretário-Geral | 450.696 | 417.357 | 92,6% | 1,9% |
| Formação de Pessoal | 211.908 | 152.685 | 72,1% | 0,7% |
| Acção Social | 1.463.660 | 1.306.765 | 89,3% | 6,1% |
| Despesas de Funcionamento | 8.351.277 | 6.524.101 | 78,1% | 30,4% |
| Gabinete Médico | 107.798 | 100.863 | 93,6% | 0,5% |
| TOTAL | 25.276.945 | 21.491.141 | 85,0% | 100,0% |

O crescimento de 1,1% dos encargos assumidos com as “Actividades de Apoio” (Quadro 13) deveu-se essencialmente às actualizações salariais, salientando-se o aumento de 40,7% no “Gabinete do Secretário-Geral” (que se prende com uma afectação dos encargos inerentes ao cargo de “Secretário-Geral” a essa sub-actividade, dado que em anos anteriores os mesmos eram imputados a “Serviços da AR”) e o aumento de 25% na “Formação de Pessoal”.

Quadro 13 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ACTIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

| Actividades de Apoio | Enc. Assumidos 2004 | Enc. Assumidos 2005 | Var% |
|-------------------------------------|---------------------|---------------------|-------------|
| Serviços da Assembleia da República | 12.245.404 | 12.989.371 | 6,1% |
| Gabinete do Secretário-Geral | 296.617 | 417.357 | 40,7% |
| Formação de Pessoal | 122.134 | 152.685 | 25,0% |
| Acção Social | 1.387.938 | 1.306.765 | -5,8% |
| Despesas de Funcionamento | 7.106.506 | 6.524.101 | -8,2% |
| Gabinete Médico | 103.850 | 100.863 | -2,9% |
| TOTAL | 21.262.449 | 21.491.141 | 1,1% |

Há ainda que salientar o decréscimo de 8,2% ao nível das “Despesas de Funcionamento”, que representa uma diminuição de €582.405, a qual está associada não só a uma contenção nos custos, como ainda à suspensão das actividades parlamentares durante um breve período.

3.1 Gestão das Actividades de Apoio

No ano de 2005, a gestão das várias “Actividades de Apoio” assentou na prossecução dos objectivos relativos a uma contínua racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão; à redução, controlo e optimização de custos; à melhoria das condições de trabalho e das instalações; e à conservação do património da AR.

3.1.1 Assim, no que se refere à racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, importa salientar a implementação do POC-AR com o objectivo de melhorar a informação disponível ao nível financeiro e patrimonial.

Face às recomendações do Tribunal de Contas e tornando-se premente a implementação do POC-AR foi adquirido o módulo de POCP a integrar no sistema contabilístico existente na área financeira (GESTOR), tendo-se proposto o recurso a uma prestação de serviços para apoiar a implementação do POC-AR, uma vez que já nos encontrávamos no segundo semestre e era necessário

apurar os valores a constar do Balanço Inicial a 30 de Novembro e recuperar os lançamentos do mês de Dezembro em contabilidade patrimonial.

Sobre esta proposta o Conselho de Administração, na reunião de 14 de Setembro p.p., deliberou favoravelmente no sentido de se diligenciar a implementação do POC-AR.

Assim, os trabalhos entretanto desenvolvidos permitem que a AR detenha actualmente informação patrimonial obtida através dos Balancetes mensais, Balanço, Demonstração de Resultados e demais informação financeira e patrimonial. Estes trabalhos irão ainda ser apoiados não só por uma assessoria externa, como também pela necessária formação teórico/prática e formação "on-job", com o objectivo de apresentação de contas finais de 2006 (Balanço e Demonstração de Resultados) em POC-AR.

Ainda no âmbito da racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, tiveram lugar as seguintes acções:

- Aperfeiçoamento da base de dados do Inventário para a implementação do POC-AR;
- Consolidação e ajustamento do sistema de controlo e gestão das garantias bancárias e outras cauções;
- Continuação da aplicação do sistema de avaliação da qualidade dos serviços contratados pela AR, através de inquéritos aos diversos serviços para recolha do grau de satisfação (Eurest, Servilimpe e Ildefonso);
- Continuação da aplicação de medidas de controlo na área de Gestão de Stocks.

Com vista à redução, controlo e optimização de custos concretizaram-se as seguintes acções:

- Continuação da realização de contratos de aquisição de consumíveis, os quais têm contribuído para uma poupança de recursos financeiros, para a redução e simplificação dos actos administrativos, e ainda para uma maior celeridade na aquisição;
- Continuação do controlo dos consumíveis das impressoras OKI que apresentam um elevado custo, de forma a evitar que os serviços substituam os consumíveis antes do tempo ou os solicitem em elevado número, obrigando à antecipação de custos nestes artigos, contribuindo desta forma para uma gestão pouco eficiente.

Em matéria de inventário, refira-se que o ano de 2005 foi pautado pela mudança de Legislatura, com implicações ao nível da gestão do património mobiliário, tendo sido necessário proceder à actualização/conferência física dos bens afectos aos Grupos Parlamentares no Palácio de São Bento e Novo Edifício.

Para a implementação do POC-AR foi necessário fornecer informação patrimonial no que respeita aos bens móveis e aos stocks dos artigos existentes em armazém, assim como dos artigos disponíveis na Livraria Parlamentar. Ainda no âmbito do Inventário continuou-se o confronto de bens existentes entre a aplicação do Museu (Matriz) e o CIBE, verificou-se as taxas de amortização a aplicar aos vários bens inventariados e respectivo cálculo, uniformizou-se e corrigiu-se os dados existentes na base de dados e procedeu-se ao abate de 383 bens, como mobiliário e equipamento informático. O inventário dos bens informáticos, que em 2004 se encontrava sob a competência do CINF, em 2005 passou a estar novamente a cargo da DAPAT.

3.1.2 A gestão das “Actividades de Apoio” pautou-se ainda por objectivos relacionados com a melhoria dos sistemas integrados de informação, seja internamente, através da Intranet (AR-Net), seja ao exterior, através da Internet, segundo uma política orientada para a abertura do Parlamento aos



cidadãos, tendo em conta a constante evolução tecnológica e o maior número de solicitações, com acrescido grau de exigência.

Ainda em reforço do objectivo relativo à “abertura do Parlamento” foram organizadas 391 visitas guiadas, que envolveram 15 720 pessoas (na sua maioria visitas de estudo para alunos dos diversos graus de ensino), possibilitou-se a assistência às Sessões Plenárias a 11 863 pessoas, acompanharam-se 7 grupos de cidadãos recebidos por Deputados e 3 pelo Presidente da AR. No fim-de-semana das “Jornadas Europeias do Património”, 666 cidadãos visitaram o Palácio de São Bento, sede do Parlamento, para além das visitas que ocorrem no último sábado de cada mês, que possibilitaram a visita de mais 684 cidadãos.

3.1.3 No domínio da melhoria da difusão da informação através da Internet e de forma a fidelizar os cidadãos já utentes habituais da página parlamentar e atrair novos utilizadores, deu-se destaque aos seguintes projectos: motor de pesquisa de conteúdos da página, recepção on-line e acompanhamento de petições apresentadas à AR, PagParl – sistema de páginas pessoais parlamentares destinadas a Deputados e Grupos Parlamentares, entre outras actualizações e melhorias.

3.1.4 Com o objectivo de melhorar o apoio bibliográfico às actividades da Assembleia da República procedeu-se ao reforço da aquisição de fontes de informação especializadas, as quais foram integradas no catálogo da Biblioteca, dando-se destaque ao facto do mesmo ter ultrapassado os 100.000 registos bibliográficos.

3.2 Gestão de Recursos Humanos

Prosseguindo uma actuação fortemente sedimentada em critérios de contenção e rigor, implementada e plenamente concretizada nos últimos anos, promoveu-se durante o ano de 2005 uma gestão de recursos humanos

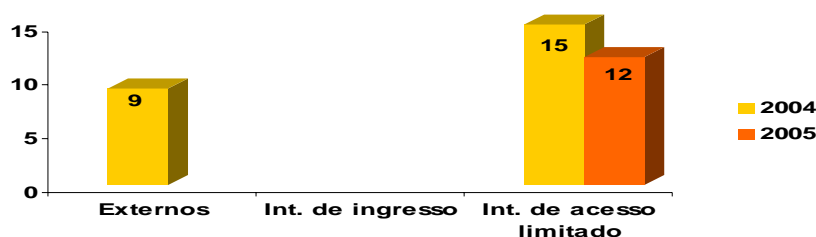
orientada para resultados objectivos, apelando-se à iniciativa e ao espírito de equipa e dando ênfase à motivação, instrumentos fundamentais à obtenção de um desempenho colectivo direccionado para metas de qualidade e de excelência.

Como resultado desta estratégia de contenção, apenas se deliberaram procedimentos adequados à gestão normal das carreiras, promovendo-se a abertura de concursos de acesso limitado para possibilitar a normal evolução nas carreiras profissionais nas áreas de:

- arquivo;
- assuntos culturais;
- biblioteca e documentação;
- conservador de museu;
- gestão e administração pública;
- jurídica;
- redacção;
- tradução;
- técnica;
- técnica-profissional.

A estratégia definida em matéria de recrutamento e selecção está representada no Gráfico 4, que evidencia a inexistência de concursos externos em 2005, limitando-se a actividade concursal a assegurar as normais expectativas de evolução na carreira dos recursos humanos.

Gráfico 4 – EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE CONCURSAL



Dos concursos externos abertos em finais de 2003, desenvolvidos em 2004 e entretanto concluídos em 2005, nas áreas de:

- informática;
- apoio parlamentar;
- gestão financeira;
- gestão patrimonial;

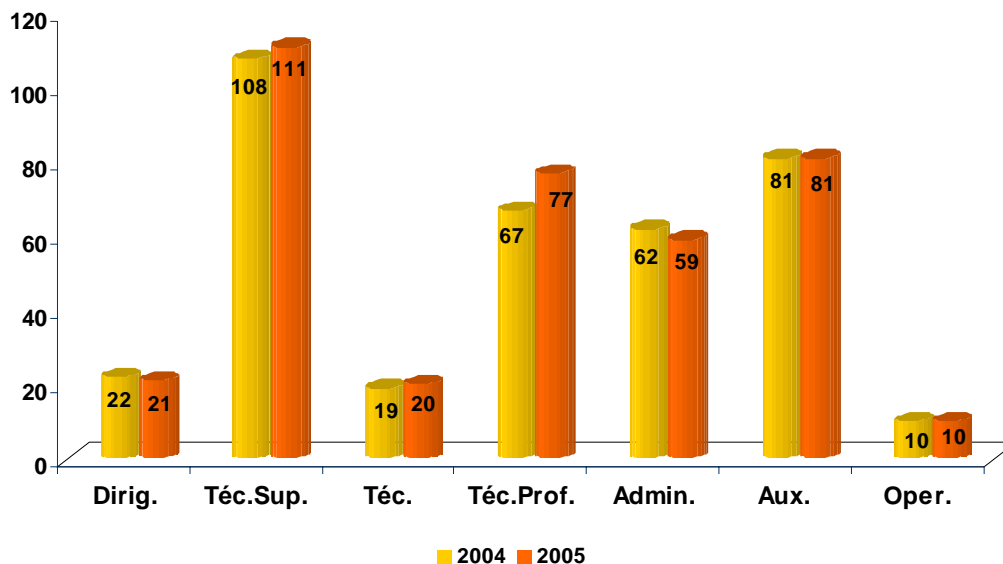
resultou a admissão de 13 novos funcionários, para os grupos profissionais técnico superior, técnico e técnico-profissional, que representam 3,3% do número dos efectivos.

A consequência da conclusão de concursos internos de ingresso, em finais de 2004, e de concursos de acesso limitado, em 2005, traduziu-se, neste último ano, na mudança de carreira de 0,8% dos efectivos e na promoção profissional de 11,8% dos efectivos, que se distribuem pelos seguintes grupos profissionais:

- técnico superior;
- técnico e técnico-profissional;
- administrativo.

A análise do Gráfico 5 revela a redução dos efectivos no grupo profissional dos administrativos, uma tendência que já se vem verificando nos últimos anos, consequência da aposentação de três funcionários.

Gráfico 5 – EFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS

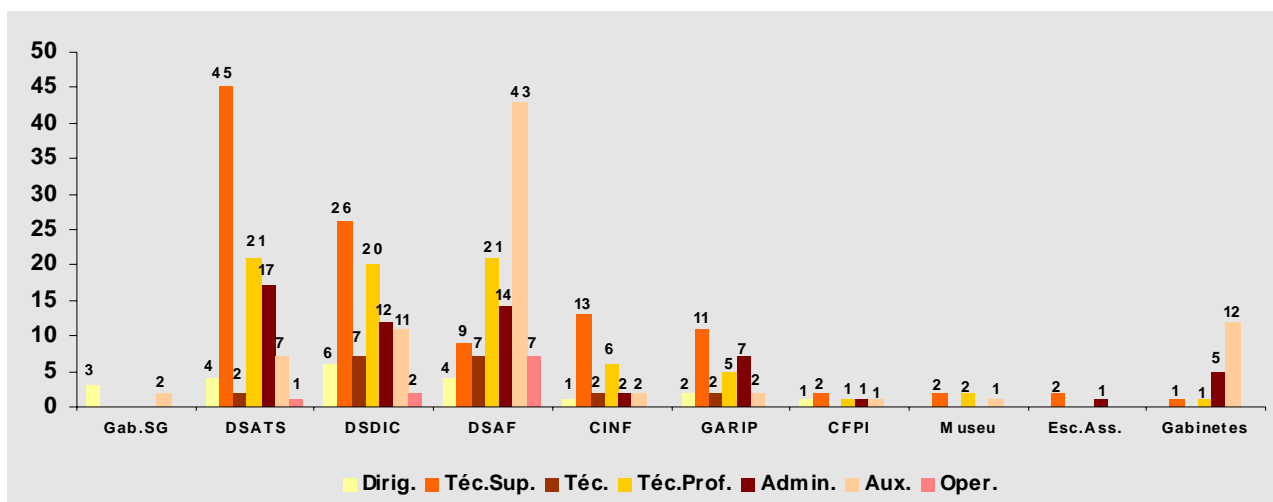


A tendência inversa verificou-se, contudo, nos grupos de técnicos superiores, de técnicos e de técnico-profissionais, ou seja, um aumento dos efectivos em resultado dos processos de recrutamento concluídos.

Do conjunto dos movimentos assinalados registou a AR, em 2005, 379 funcionários em efectividade de funções, que se distribuem conforme o Gráfico 5 sobre a evolução do quadro de efectivos por grupos profissionais, mantendo-se a maior representatividade do grupo dos técnicos superiores que representa cerca de 28% do total dos efectivos, embora se registre uma ligeira redução em relação ao ano anterior (29,3%).

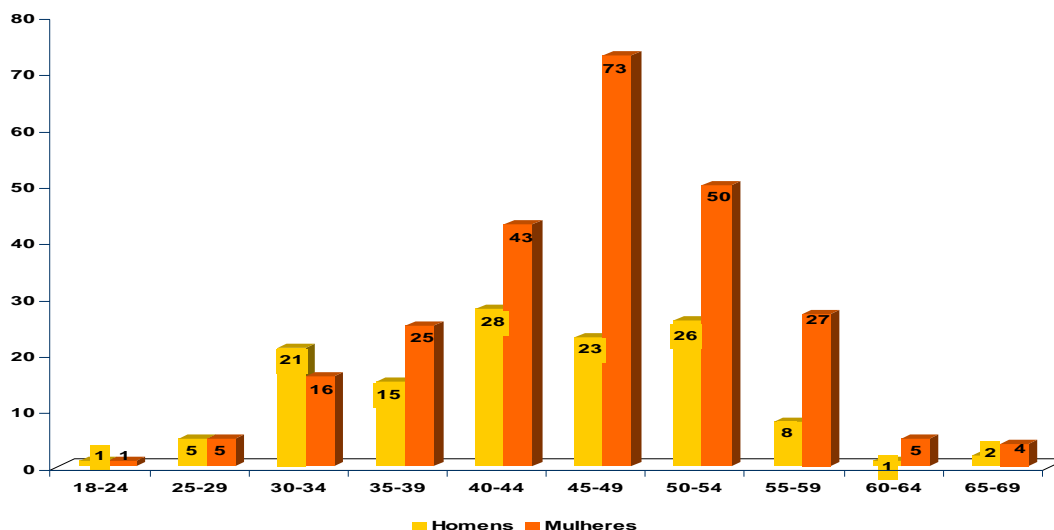
Na distribuição dos efectivos, evidenciada no Gráfico 6, considerados os grupos profissionais e os serviços onde se integram, destacam-se as áreas de apoio legislativo e de documentação, como as que registam o maior número de técnicos superiores e técnicos profissionais. Na área administrativa e financeira evidencia-se o grupo de pessoal auxiliar, dadas as competências específicas desta área na gestão deste grupo de pessoal, que presta serviço em áreas comuns, recepções e apoio aos grupos parlamentares, no âmbito da ligação entre grupos parlamentares e serviços.

Gráfico 6 – EFECTIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS/SERVIÇOS



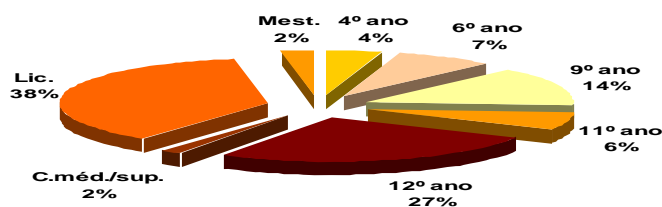
O Gráfico 7, representativo da distribuição dos efectivos por escalões etários, evidencia que o grupo com mais expressão se situa no intervalo dos 45 aos 49 anos, não se verificando alteração relativamente ao ano anterior.

Gráfico 7 – EFECTIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS



A distribuição dos efectivos por nível habilitacional está representada no Gráfico 8. Regista-se uma tendência para o aumento percentual do nível habilitacional dos efectivos, com especial relevância do nível habilitacional médio e superior, e consequentemente a redução dos níveis habilitacionais associados à escolaridade obrigatória e ensino básico.

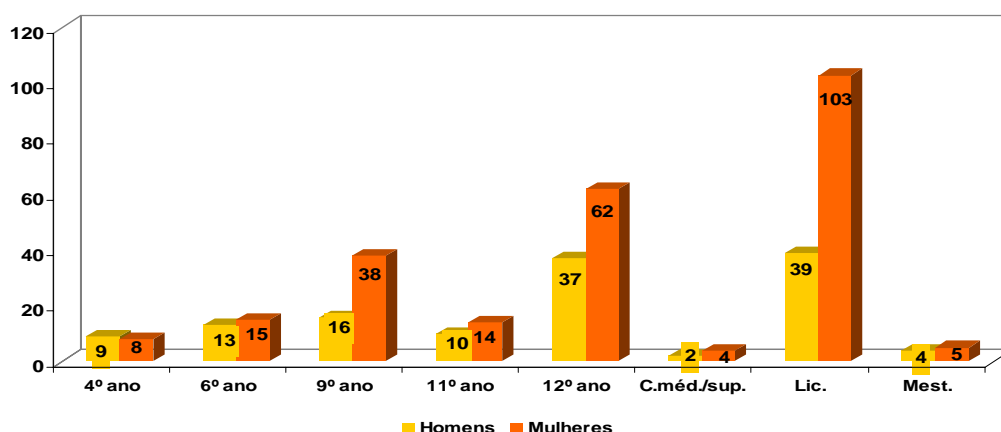
Gráfico 8 – EFECTIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL



Observando a estrutura global, as variações assinaladas quanto aos níveis habilitacionais revelam-se pouco significativas.

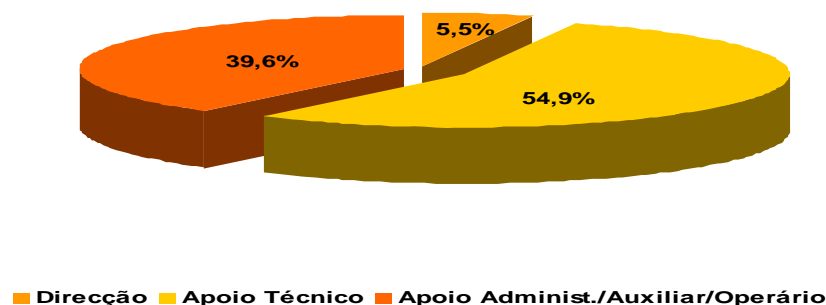
Da conjugação dos parâmetros relativos ao nível habilitacional e sexo resulta a distribuição constante do Gráfico 9, sendo que as mulheres se mantêm posicionadas nos níveis habilitacionais mais elevados, com a maior representatividade no grupo dos licenciados.

Gráfico 9 – NÍVEL HABILITACIONAL POR SEXO



Consideradas as áreas de actividade da Assembleia da República, os 379 efectivos distribuem-se percentualmente conforme registo no Gráfico 10, verificando-se que cerca de 55% dos efectivos integra o grupo de apoio técnico.

Gráfico 10 – EFECTIVOS POR GRANDES ÁREAS DE ACTIVIDADE



Como consequência do aumento dos efectivos no grupo dos técnicos superiores, técnicos e técnico-profissional assiste-se a uma subida do índice de tecnicidade de 52,6% em 2004, para 54,9% em 2005.

O presente gráfico não integra os 14 prestadores de serviço em regime de avença, distribuídos pelos Serviços, Gabinete da Secretário-Geral, Divisão de Apoio às Comissões, Divisão de Edições, Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar, Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual, Museu, Gabinete Médico e de Enfermagem e Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações, porquanto o regime jurídico que caracteriza este tipo de contrato não se integra no conceito de efectivo.

No âmbito da formação profissional, que continua a assumir um importante papel na motivação dos funcionários, contribuindo para aprofundar conhecimentos, aumentar a eficácia das competências, adequando-as a desempenhos mais exigentes e direccionados para elevados graus de qualidade, procedeu-se à execução do plano de formação de 2004/2005 ao nível da formação interna e externa, com significado em termos de formação inicial e contínua.

Realizaram-se 39 acções de formação interna das quais 37 tiveram menos de 30 horas; e 2 acções tiveram entre 30 a 59 horas, sendo que houve um total de 680 funcionários a exercerem funções na Assembleia da República a



frequentar estas acções de formação interna. No que diz respeito à formação externa, houve a participação de 142 pessoas em 97 acções de formação.

Assim, verificou-se um total de 9.750 horas de formação, das quais 8.010 horas foram internas e 1.740 horas foram externas. Relativamente ao elevado número de horas de formação interna, há que realçar que o facto de estarem incluídos os cursos de longa duração, como é o caso da formação genérica em Inglês, e 5 programas de formação inicial que tiveram como destinatários novos funcionários, funcionários requisitados, técnicos residentes e estagiários curriculares.

Destaca-se ainda a realização do II Curso de Formação Interparlamentar, subordinado ao tema “A interdisciplinaridade do trabalho dos funcionários parlamentares”, que contou com 28 participantes oriundos dos diversos Parlamentos de Língua Portuguesa e a realização de acções de formação teórica e prática no combate a incêndios, no âmbito do Plano de Emergência da Assembleia da República.

Foi ainda efectuada o diagnóstico das necessidades de formação necessário à elaboração do Plano de Formação para 2006.

4. Actividade Editorial

No ano de 2005 manteve-se a actividade cultural e editorial da Assembleia da República, havendo ainda que assinalar o relacionamento com diversas entidades externas, públicas e privadas, nestes domínios de actividade, contribuindo também para o seu enriquecimento e promoção.

Procedeu-se à edição de 24 livros, tendo três sido editados em parceria com o ICS da Universidade de Lisboa e dois em parceria com as Publicações D. Quixote, no âmbito da Colecção Parlamento. Editou-se também diverso material promocional da história e actividade parlamentar, destacando-se a



brochura *Uma visita à Assembleia da República*, destinada a ser distribuída aos jovens nas visitas guiadas, a colecção de divulgação *Parlamento Jovem*, com a concepção do seu primeiro número sobre *O Busto da República* e a edição de postais de divulgação em português, espanhol, francês e inglês, tendo em vista a participação da AR nas *Jornadas Europeias do Património*. Para além da agenda de secretária para 2006, em dois formatos, da agenda de bolso, e do calendário foram editados 28 novos objectos evocativos e reeditados 20.

A Assembleia da República manteve a sua participação nas Feiras do Livro de Lisboa e Porto (Maio/Junho), e assegurou ainda a presença na Feira do Livro de Braga (Abril). Na Feira do Livro do Porto, as receitas foram de €4 966, na Feira do Livro de Lisboa esse valor foi de €6 748,77 e em Braga de €1.796,46. Realizou-se também uma Feira do Livro Político com publicações da Assembleia da República e de outras editoras, na Livraria Parlamentar, que alcançou sucesso, quer em termos de número de visitantes, quer em termos de vendas efectuadas (€2.703,52).

A Livraria Parlamentar registou uma diminuição de vendas (de €83 215,35 em 2004 para €80.931,92 em 2005), a que não terá sido alheia a interrupção dos trabalhos parlamentares entre Janeiro e 10 de Março, muito embora a Livraria se tenha mantido aberta ao público nos sábados em que se realizaram visitas guiadas e no fim-de-semana das Jornadas Europeias do Património.

Tendo em vista o acolhimento dos Deputados da X Legislatura procedeu-se à concepção e elaboração do folheto Serviços da Assembleia da República, à concepção do Portal do Deputado na Intranet e à reedição do Manual do Deputado.

No âmbito da actividade editorial foi implementado o sistema electrónico, desenvolvido pelo Centro de Informática, de requisições de livros e peças para ofertas, com vista a um maior controlo na gestão de stocks.



Foi também assegurada a itinerância da exposição “100 anos de Parlamento” pelos seguintes locais:

- Escola Superior de Educação de Setúbal – 18 a 30 de Abril;
- Universidade Lusófona, Lisboa – 2 a 13 de Maio;
- Igreja da Graça, Santarém – 7 a 30 de Junho;
- Museu Antropológico da Universidade de Coimbra – 13 de Set. a 9 de Outubro;
- Câmara Municipal de Pombal – 16 de Setembro a 14 de Outubro;
- Junta de Extremadura, Mérida – 18 a 28 de Outubro;
- Faculdade de Direito da Universidade do Porto – 16 de Nov. a 16 de Dezembro.

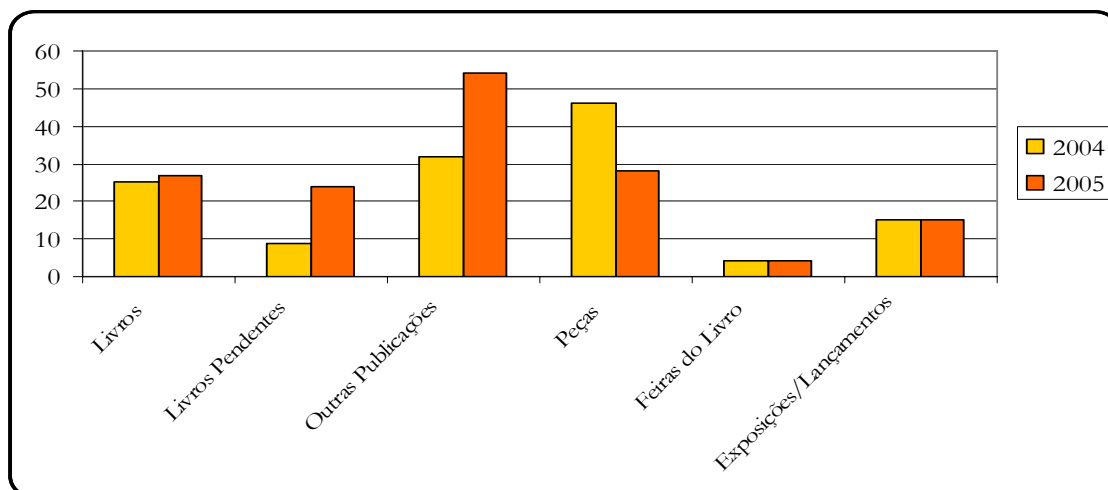
A Assembleia da República organizou a exposição do concurso *Um olhar jovem sobre o 25 de Abril*, nos Claustros, 23 de Junho-15 de Julho, e colaborou na organização da exposição *Constituinte_30 Anos*, nos Passos Perdidos, 25 de Abril-31 de Julho. Ainda em 2005, iniciou os trabalhos relativos à exposição *30 Anos da Constituição*, a inaugurar em Abril de 2006.

No âmbito da actividade editorial destaca-se ainda a organização do lançamento de diversos livros, entre os quais “Camarate: Relatórios Finais das Comissões Parlamentares de Inquérito (Dezembro)”, assim como a promoção de diversos eventos realizados na AR através da concepção, impressão de convites ou folhetos informativos.

Quadro 14 – LANÇAMENTOS EDITORIAIS

| Actividade Editorial | 2005 |
|---|------|
| Livros | |
| Edições exclusivas da Assembleia da República | 19 |
| Colecção Parlamento | 5 |
| Apoio a Edições | 3 |
| Material Promocional | |
| Brochuras | 6 |
| Desdobráveis, folhetos, conjunto postais e marcadores, convites | 24 |
| Agendas de bolso, de secretária e calendários | 4 |
| Peças | |
| Peças novas: estanhos, porcelanas, peles, cristais | 28 |
| Reedições | 20 |
| Exposições | |
| Itinerância da exposição 100 Anos de Parlamento | 7 |
| Organização de exposições | 2 |
| Feiras do livro | |
| Braga, Lisboa, Porto e Feira do Livro Político | 4 |
| Lançamentos de livros | 7 |
| Livros pendentes | 24 |

Gráfico 11– EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EDITORIAL



5. Cooperação Interparlamentar

No âmbito da Cooperação Parlamentar com os Países de Língua Portuguesa, durante o ano de 2005, destacam-se os seguintes desenvolvimentos:

ANGOLA

No quadro da cooperação com a Assembleia Nacional de Angola (ANA) participaram no II Curso de Formação Interparlamentar, que decorreu na AR no mês de Outubro, quatro funcionários da Assembleia Nacional. Em Lisboa, um quadro superior angolano da ANA participou ainda no Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (GEAGP) – 5ª Edição “Infante D. Henrique” no Instituto Nacional de Administração.

BRASIL

Visita de trabalho do Director-Geral e do Director de Informática da Câmara de Deputados do Brasil.

Três funcionários da Câmara dos Deputados do Brasil participaram no II Curso de Formação Interparlamentar, que decorreu em Outubro na AR.

CABO VERDE

Em Fevereiro e Março realizou-se uma Missão de Diagnóstico à Assembleia Nacional de Cabo Verde com vista à elaboração de um novo Programa de Cooperação Parlamentar entre os dois Países. A Missão foi composta por responsáveis dos diversos Serviços da Assembleia da República.

No mês de Março realizou-se uma Missão de Assistência Técnica na Área do Apoio às Comissões e da Redacção e Audiovisual.



Quatro funcionários da Assembleia Nacional de Cabo Verde participaram no II Curso de Formação Interparlamentar que decorreu na AR no mês de Outubro.

GUINÉ-BISSAU

A AR prestou apoio financeiro à deslocação, de 18 a 20 de Julho, do Secretário-Geral e do Técnico Informático da ANP ao VI Encontro dos Secretários-Gerais dos PLP em S.Tomé e Príncipe.

Participaram no II Curso de Formação Interparlamentar, que decorreu na AR no mês de Outubro, quatro funcionários da Assembleia Nacional Popular.

Procedeu-se à organização e autorização do processo relativo à Assistência Financeira de Emergência, iniciado em Abril de 2003, autorizado pela Secretária Geral a 30/04/2003 após obtido o parecer favorável do Conselho de Administração em 29 de Abril do mesmo ano.

MOÇAMBIQUE

Ao abrigo do Programa de Cooperação Parlamentar Luso-Moçambicano 2003/2005, três funcionários da Assembleia da República de Moçambique participaram no II Curso de Formação Interparlamentar, que decorreu em Outubro na AR.

S.TOMÉ E PRÍNCIPE

Foi desenvolvido, nos seus cinco Projectos, o Programa de Cooperação Parlamentar para 2004/2006, a saber: Apoio Parlamentar, Biblioteca e Documentação, Administração e Finanças, Relações Internacionais e Protocolo e Informática.



Relativamente à assistência material, foi feita a oferta ao Parlamento santomense de 8 computadores pessoais, um scanner, duas impressoras, uma drive para backups, um UPS para bastidor, software diverso e de material na área da redacção (2 kits de transcrição, 4 kits de ditado e 200 mini-cassetes), a qual se enquadra no Programa em vigor.

Foram realizadas missões de assistência técnica nas áreas dos Audiovisuais e do Protocolo e Relações Públicas.

Estagiaram na Assembleia da República duas funcionárias da Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe (ANSTP) na área das Relações Públicas e do Protocolo, bem como o Consultor do Projecto de Administração e Finanças.

Procedeu-se à inscrição de uma funcionária da ANSTP no 3º Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (ano lectivo 2005/2006).

Em Julho teve lugar a avaliação Intercalar do Programa de Cooperação, tendo sido assinado um Documento onde se faz um balanço bastante positivo da execução deste Programa.

Em Outubro, quatro funcionários da Assembleia Nacional participaram no II Curso de Formação Interparlamentar.

TIMOR-LESTE

Em Janeiro foi assinado o documento respeitante à Avaliação Final do primeiro Programa de Cooperação Parlamentar Luso-Timorense.

A pedido do Parlamento Nacional de Timor-Leste procedeu-se à reedição de três mil exemplares da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, assim como ao envio dos mesmos para aquele Parlamento.



Foram contratados dois novos Técnicos Residentes e prorrogada a Missão do Técnico Residente contratado em 2004, de modo a colmatar as necessidades mais urgentes do Parlamento Timorense, bem como a dotar aquela instituição de quadros nacionais habilitados a desempenharem funções parlamentares nas áreas mais vitais (Gabinete do Presidente e Secretário-Geral, Plenário e Comissões, Administração e Gestão Financeira). Antes de iniciarem funções no Parlamento Timorense, os novos Técnicos Residentes frequentaram um estágio de formação on job na Assembleia da República.

Foi prorrogada a Missão de Assistência do Dr. Luís Martins no PNTL, Técnico Superior da Assembleia da República, tendo sido reajustados os Termos de Referência da sua Missão à nova realidade do Parlamento Nacional de Timor-Leste, em parte em resultado da contratação de novos Técnicos Residentes.

Na sequência do Protocolo entre a AR e o Instituto Camões, foi prorrogada a contratação do professor português que se encontra no Parlamento Nacional de Timor-Leste para leccionar aulas de português aos Deputados e Funcionários.

Quatro funcionários do Parlamento Nacional de Timor-Leste participaram no II Curso de Formação Interparlamentar que decorreu na AR no mês de Outubro.

Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa

Em Julho de 2005, uma Delegação da Assembleia da República deslocou-se a São Tomé a fim de participar no VI Encontro da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa. Ainda no âmbito desta Associação, dois quadros do Parlamento português estiveram presentes, em Brasília, no II Encontro de Técnicos de Informática dos Parlamentos de Língua Portuguesa.



No mês de Outubro, realizou-se em Lisboa o II Curso de Formação Interparlamentar que contou com a participação de representantes dos Parlamentos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, num total de 26 funcionários parlamentares.

6. Financiamento de Entidades Autónomas

Neste agrupamento integram-se não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas, nomeadamente a AACS, CNE, CNPD, Provedoria de Justiça e CADA, como as verbas destinadas a suportar os encargos com o Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação, com o Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz, com o Grupo Desportivo Parlamentar e com Outras Entidades Públicas ou Privadas.

O valor orçamentado daí decorrente, tal como revela o Quadro 15, excedeu os valores do ano anterior em 12,4%, sendo de destacar que os orçamentos das Entidades Autónomas não ultrapassaram um crescimento superior a 2,5%, com excepção da Comissão Nacional de Eleições, cujo orçamento foi reforçado dada a necessidade de proceder à divulgação das Eleições Legislativas antecipadas e, como tal, não previstas inicialmente no calendário eleitoral, e da CNPD na sequência da integração do respectivo saldo de gerência e de receitas próprias.

Quadro 15 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS

Unidade: Euro

| Entidades | OAR2004 corrigido | OAR2005 corrigido | Var% |
|--|-------------------|-------------------|--------------|
| Alta Autoridade para a Comunicação Social | 1.995.567 | 2.043.537 | 2,4% |
| Comissão Nacional de Eleições | 1.070.000 | 1.772.000 | 65,6% |
| Provedoria de Justiça | 5.574.159 | 5.712.889 | 2,5% |
| Comissão Nacional de Protecção de Dados | 1.151.459 | 1.457.330 | 26,6% |
| Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos | 635.195 | 650.930 | 2,5% |
| Grupo Desportivo Parlamentar | 12.720 | 13.000 | 2,2% |
| Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações | 34.000 | 118.837 | 249,5% |
| Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz | | 4.660 | |
| Outras Entidades Públicas ou Privadas | 38.000 | 38.000 | 0,0% |
| TOTAL | 10.511.100 | 11.811.184 | 12,4% |

Em termos de execução orçamental, a actividade regista um nível próximo da execução plena (97,1%), como se infere do seguinte quadro:

Quadro 16 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES AUTÓNOMAS

Unidade: Euro

| Entidades | OAR2005 corrigido | Enc. Assumidos 2005 | Taxa Exec. Orç.% |
|--|-------------------|---------------------|------------------|
| Alta Autoridade para a Comunicação Social | 2.043.537 | 2.043.537 | 100,0% |
| Comissão Nacional de Eleições | 1.772.000 | 1.462.000 | 82,5% |
| Provedoria de Justiça | 5.712.889 | 5.705.987 | 99,9% |
| Comissão Nacional de Protecção de Dados | 1.457.330 | 1.454.779 | 99,8% |
| Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos | 650.930 | 650.930 | 100,0% |
| Grupo Desportivo Parlamentar | 13.000 | 13.000 | 100,0% |
| Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações | 118.837 | 105.463 | 88,7% |
| Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz | 4.660 | 2.091 | |
| Outras Entidades Públicas ou Privadas | 38.000 | 25.000 | 65,8% |
| TOTAL | 11.811.184 | 11.462.787 | 97,1% |

Há que salientar a criação de uma nova actividade “130- Conselho de Acompanhamento dos Julgados de Paz” de forma evidenciar as despesas realizadas nesse âmbito, nomeadamente com “ajudas de custo” e “comunicações”.

7. Investimentos

O crescimento global dos valores orçamentados para investimento, na ordem dos 2,4% (Quadro 17), reforçou a tendência de crescimento registada em 2003 e 2004 e que, por sua vez, contrariou o declínio de anos anteriores, conferindo ao orçamento da Assembleia da República, enquanto única fonte de financiamento dos seus investimentos, uma maior capacidade para concretizar obras de manutenção e requalificação exigidas pelos imóveis propriedade da Assembleia da República e proceder à renovação tecnológica e melhoria dos sistemas aplicativos e restante equipamento.

Quadro 17 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO

Unidade: Euro

| Investimento | OAR2004 Corrigido | OAR2005 Corrigido | Var% |
|---|----------------------|----------------------|-------------|
| Edifícios | 2.075.366 | 2.792.833 | 34,6% |
| Material de Transporte | 30.000 | 0 | 0,0% |
| Equipamento e software informático* | 2.060.583 | 1.773.683 | -13,9% |
| Equipamento Administrativo | 1.324.379 | 519.509 | -60,8% |
| Artigos e objectos de valor** | | 40.693 | |
| Equipamento de gravação e audiovisual** | | 470.339 | |
| Outros Investimentos | 65.590 | 27.995 | -57,3% |
| Locação financeira – outros investimentos | | 64.000 | |
| TOTAL | 5.555.918 | 5.689.051 | 2,4% |

* Em 2005 o Equipamento e o software informático estão desagregados em rubricas distintas.

** Rubricas inexistentes em 2004

Em termos de execução orçamental, regista-se uma taxa global de 59,3%, a que corresponde um saldo de €2.312.872 (Quadro 18), sendo de salientar que a baixa execução dos projectos/obras previstos no Plano de Actividades se deve à dependência de várias obras da realização de importantes empreitadas cujo arranque não teve lugar no ano 2005, como sejam:

- “Empreitada de instalação de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC) do Hemiciclo do Palácio de S. Bento”, obra que compreendia uma 2ª fase designado por construção de Plataforma Metálica de Apoio ao AVAC. Dúvidas levantadas quanto ao

comportamento da estrutura de suporte das bancadas do Hemiciclo levaram a solicitar um parecer técnico, que veio a inviabilizar a solução de utilização para pleno no desvão abaixo das bancadas, tendo como consequência, a inutilidade do pleno metálico e a rede de difusão de ar prevista. A não concretização desta obra levou à suspensão das obras de “beneficiação do pavimento do plenário” e do “reforço da estrutura de fixação das bancadas do Plenário e substituição das costas das bancadas”. Após novos estudos optou-se por efectuar a reformulação da Rede de Difusão do Hemiciclo (Tribuna) e o reordenamento das cablagens no desvão abaixo das bancadas e limpeza dos espaços. No entanto, a empreitada de “Reformulação da Rede de Difusão do Hemiciclo (Tribuna)”, acabou por condicionar também a realização da “obra de requalificação de paredes de escaiola no Hemiciclo, Galeria pública e Reservada”, dado tratar-se de uma obra essencialmente de pintura, não podendo para o efeito estar a exposta às partículas de pó;

- Atraso de algumas obras, em consequência de alterações que ocorreram nos próprios projectos e delongas na conclusão dos respectivos concursos, levando a que a execução de algumas obras será efectuada em 2006, sendo de destacar:
 - o A requalificação do “Espaço Pombal” no Palácio de São Bento, cujo projecto inicial contemplava uma 1ª fase - Estrutura em betão - a realizar em 2005. Contudo, depois de conhecido o valor estimado da 1ª fase da obra, que obrigava a realização de um concurso público, decidiu-se pela concretização de uma única empreitada com um concurso público no valor global da obra, transitando para 2006;
 - o A beneficiação dos sótãos de S. Bento – Andar Nobre, projecto já concluído em 2004. No entanto, a mudança da legislatura, implicou alterações ao nível de espaços, em particular, com o

objectivo de criar uma nova área destinada ao actual gabinete do secretariado do Ex-PAR. Esta situação obrigou à mudança da escada de emergência prevista para esta área, facto que determinou a reformulação de parte do projecto;

- o A beneficiação da cozinha do Palácio e do elevador nº 12, o qual também apresentou algumas alterações ao projecto.

Quadro 18 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS

Unidade: Euro

| Investimento | OAR2005 Corrigido | Encargos Assumidos 2005 | Taxa Exec. Orç.% |
|---|-------------------|-------------------------|------------------|
| Edifícios | 2.792.833 | 1.471.631 | 52,7% |
| Equipamento de informática | 882.971 | 505.459 | 57,2% |
| Software informático | 890.712 | 726.531 | 81,6% |
| Equipamento Administrativo | 519.509 | 433.061 | 83,4% |
| Artigos e objectos de valor | 40.693 | 36.253 | 89,1% |
| Equipamento de gravação e audiovisual | 470.339 | 130.569 | 27,8% |
| Outros Investimentos | 27.995 | 9.140 | 32,6% |
| Locação financeira – outros investimentos | 64.000 | 63.534 | 99,3% |
| TOTAL | 5.689.051 | 3.376.179 | 59,3% |

Os investimentos contabilizados em “**Edifícios**” respeitam a obras de conservação e beneficiação do património imobiliário da Assembleia da República (constituído por quatro imóveis) assim como na melhoria das instalações. Os projectos concluídos neste domínio reportam-se às seguintes intervenções:

- Requalificação da entrada do Palácio de São Bento e acesso aos núcleos culturais;
- Beneficiação da cave do Palácio de São Bento (frontal/calçada da Estrela);
- Empreitada de AVAC realizada na Livraria Parlamentar;
- Fornecimento de novo sistema de climatização do Bar dos Deputados (r/c do Palácio de São Bento);



- Fornecimento de unidades de ar condicionado na sala de reuniões do Presidente do GP PS;
- Climatização de quatro salas no Centro de Informática;
- Beneficiação de várias salas do Andar Nobre, incluindo a Sala D. Maria e Biblioteca.

Em cada um dos Edifícios destacam-se ainda a realização das seguintes obras:

Palácio de São Bento:

- Obras de beneficiação e pinturas dos vãos ao nível do r/chão do Claustro Jardim das Oliveiras;
- Beneficiação de quatro portões exteriores (alçado lateral direito) – entrada junto ao Jardim de São Bento;
- Empreitada de obras de conservação e reforço estrutural das lajes das salas 5002,5003 e 5014 no Andar Nobre;
- Empreitada de beneficiação das paredes e tectos rebocados no Átrio Principal do Palácio de São Bento;
- Empreitada de reordenamento das cablagens no desvão abaixo das bancadas e limpeza dos espaços do Hemiciclo;
- Empreitada de construção do ramal de ligação ao colector público;
- Empreitada de obras de apoio de construção civil ao restauro do revestimento mural da tribuna do Corpo Diplomático da Sala do Senado;
- Reparação da cúpula do Andar Nobre;
- Empreitada de detecção e extinção de incêndios no CINF;
- Beneficiação e pintura de várias passagens e corredores, designadamente, no corredor do Andar Nobre e na Galeria reservada.

Edifício D. Carlos:

- Empreitada de isolamento acústico de alguns gabinetes e salas;

Casa Amarela:

- Empreitada de reparação ou substituição dos vãos (portas e janelas) e pintura dos gradeamentos da Casa Amarela;
- Beneficiação de varias salas do edificio.

Para além desta obras, deu-se início aos projectos/acções direccionados para os sistemas de climatização e ventilação e energia solar, embora a sua conclusão só seja efectuada em 2006, sendo de referir os seguintes:

- Projecto de climatização solar, tendo sido concluída a 1ª fase;
- Elaboração de um Plano Director de AVAC, tendo sido entregue apenas parte do projecto, em consequência de várias alterações solicitadas ao projecto;
- Remodelação do sistema de climatização do Hemiciclo – executado parte da 2ª Fase, referente à empreitada de reformulação da rede de difusão de AVAC no Hemiciclo.

Os investimentos imputados a “**Equipamento de informática**” e a “**Software Informático**”, com taxas de execução orçamental de 57,2% e 81,6%, respectivamente, concorreram para a prossecução de objectivos de melhoria nos termos da seguinte sistematização:

- Desenvolvimento de uma aplicação para gestão da votação do Orçamento do Estado (2006);
- Melhorar a qualidade das aplicações de informática (software), através de:
 - Licenciamento de produtos Microsoft;
 - Aquisição de software Unified Messaging (UM) para o GP BE;
 - Aquisição de software para processamento de Imagem;
 - Aquisição de software para o sistema de segurança da rede (firewall).

- Melhorar a qualidade do equipamento para processamento da informação, através das seguintes aquisições:
 - o Aquisição de equipamento informático (microcomputadores, impressoras e scanners);
 - o Aquisição de equipamento informático diverso (pen-disk, discos, memórias, baterias, etc);
 - o Aquisição de servidores;
 - o Aquisição de hardware para o sistema de segurança de rede (firewall).

Os investimentos imputados a **“Equipamento Administrativo”**, com uma taxa de execução de 83,4%, orientaram-se para a aquisição de meios visando a renovação, modernização e apetrechamento dos equipamentos da Assembleia da República, nomeadamente ao nível de:

- Mobiliário, sendo de destacar o destinado ao Gabinete do Ex-PAR, à sala D. Maria, o mobiliário diverso para os Serviços da Assembleia da República (Vice-Presidentes da AR, DGF, DRHA, DAC, AHP, recepção do Edifício Novo), a substituição do mobiliário em vários Grupos Parlamentares, designadamente, no GP PS, PSD e CDS-PP, as estantes metálicas para o depósito da DE, e a aquisição de mobiliário para a creche e CFSI;
- Fornecimento de um Raio X e três pórticos destinados à entrada do Palácio de São Bento, pois muito embora os equipamentos tenham sido entregues em 2005, apenas foram facturados em 2006.

Há que salientar a existência de uma nova rubrica **“Equipamento de gravação e audiovisual”** no novo classificador orçamental que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2005, cuja taxa de execução foi de 27,8%.

Releva-se ainda que alguns dos encargos imputados às rubricas “Edifícios”, “Equipamento de Informática”, “Software informático”, e “Equipamento Administrativo” transitaram para a gerência de 2006 nos montantes,

respectivamente, de €404.939,70, de €155.253,38, de €70.694,85 e de €126.562,06, atendendo a que a conclusão dos respectivos projectos e o seu integral pagamento ocorrerá já em 2006.

A identificação dos projectos com maior relevância financeira consta do quadro seguinte:

Quadro 19 – PROJECTOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2006

| EDIFÍCIOS |
|---|
| Empreitada de beneficiação das coberturas do corredor do Senado |
| Reforço da laje do Centro de Processamento de Dados |
| Empreitada de beneficiação e pintura de paredes no estacionamento do Edifício D. Carlos I |
| Reparação de uma asna na cobertura da Sala do Senado |
| Fornecimento e assentamento de um brandamento destinado à entrada da porta do Palácio de S. Bento |
| EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA |
| Aquisição dos produtos Unified Messaging (UM) para o GP BE |
| Aquisição de 15 Scanners HP |
| Placa CPU + Licenças |
| Aquisição de Discos p/ servidores IBM |
| SOFTWARE INFORMÁTICO |
| Desenvolvimento dos sistemas Motor de Pesquisa e subscrição de conteúdos para o Site Parlamento |
| Aquisição de memórias para expansão dos servidores da Internet |
| EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO |
| Emissor e receptor óptico e amplificador |
| Equipamento Rx e 3 pórticos detectores de metais |
| 28 cadeiras secretária + 24 cadeiras de reunião |
| EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL |
| Aquisição de 3 painéis de plasma dos sistemas de votação electrónica e de controlo dos tempos de intervenção dos Srs. Deputados |

8. Execução Financeira

8.1 Das Despesas

Enquanto que o grau de execução orçamental foi de 57,6% (€87.616 10³ / €155.250 10³), o grau de execução financeira foi de 56,4%, valor que resultou de se abater o diferencial entre as despesas autorizadas e as processadas, apurado no encerramento de exercício (Quadro 20).

Quadro 20 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA)

Unidade: Euro

| Despesa / Classificação Económica | OAR2005 corrigido | Encargos Assumidos 2005 | Despesa Paga 2005 | %Exec. Orçam. | %Exec. Financ. |
|-------------------------------------|-----------------------|-------------------------|----------------------|---------------|----------------|
| Corrente | 148.975.424,93 | 85.701.308,00 | 84.638.041,24 | 57,5% | 56,8% |
| Despesas com Pessoal | 43.933.252,08 | 39.762.434,42 | 39.737.188,10 | 90,5% | 90,4% |
| Remuner. certas e permanentes | 35.631.835,65 | 33.087.839,12 | 33.062.592,80 | 92,9% | 92,8% |
| Abonos variáveis ou eventuais | 5.450.592,81 | 4.144.499,42 | 4.144.499,42 | 76,0% | 76,0% |
| Segurança social | 2.850.823,62 | 2.530.095,88 | 2.530.095,88 | 88,7% | 88,7% |
| Aquisição de bens e serviços | 17.909.654,23 | 11.583.430,93 | 10.555.999,49 | 64,7% | 58,9% |
| Aquisição de bens | 2.053.433,76 | 1.218.795,60 | 1.123.093,77 | 59,4% | 54,7% |
| Aquisição de serviços | 15.856.220,47 | 10.364.635,33 | 9.432.905,72 | 65,4% | 59,5% |
| Juros e outros encargos | 8.900,00 | 6.073,20 | 6.073,20 | 68,2% | 68,2% |
| Juros e outros encargos | 8.900,00 | 6.073,20 | 6.073,20 | 68,2% | 68,2% |
| Transferências correntes | 85.577.116,86 | 34.274.045,21 | 34.263.456,21 | 40,1% | 40,0% |
| Entidades autónomas | 11.303.980,19 | 10.971.527,38 | 10.971.527,38 | 97,1% | 97,1% |
| Exterior | 447.217,80 | 17.410,33 | 6.821,33 | 3,9% | 1,5% |
| Subvenç. aos Partidos Políticos | 73.063.547,83 | 22.522.736,55 | 22.522.736,55 | 30,8% | 30,8% |
| Subvenç. aos Grupos Parlament. | 762.371,04 | 762.370,95 | 762.370,95 | 100,0% | 100,0% |
| Outras despesas correntes | 1.546.501,76 | 75.324,24 | 75.324,24 | 4,9% | 4,9% |
| Dotação provisional | 1.388.301,76 | 0,00 | 0,00 | 0,0% | 0,0% |
| Diversas | 158.200,00 | 75.324,24 | 75.324,24 | 47,6% | 47,6% |
| Capital | 6.274.756,78 | 3.759.967,70 | 2.977.844,67 | 59,9% | 47,5% |
| Aquisição de bens de capital | 5.734.050,78 | 3.376.261,70 | 2.594.138,67 | 58,9% | 45,2% |
| Investimentos | 5.670.050,78 | 3.312.727,34 | 2.533.925,69 | 58,4% | 44,7% |
| Locação Financeira | 64.000,00 | 63.534,36 | 60.212,98 | 99,3% | 94,1% |
| Transferências de capital | 383.706,00 | 383.706,00 | 383.706,00 | 100,0% | 100,0% |
| Entidades autónomas | 383.706,00 | 383.706,00 | 383.706,00 | 100,0% | 100,0% |
| Outras despesas de capital | 157.000,00 | 0,00 | 0,00 | 0,0% | 0,0% |
| Dotação provisional | 157.000,00 | | | 0,0% | 0,0% |
| Total | 155.250.181,71 | 89.461.275,70 | 87.615.885,91 | 57,6% | 56,4% |

A despesa assumida e que não teve execução financeira deu origem à transição de encargos para 2006, no montante total de €1.845 10³, cuja distribuição por classificação económica consta do Quadro 21.

Quadro 21 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2006 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Unidade: Euro

| Despesa / Classificação Económica | Encargos Assumidos 2005 | Estrutura | Despesa Paga 2005 | Estrutura | Encargos por pagar. |
|-------------------------------------|-------------------------|---------------|----------------------|---------------|---------------------|
| Corrente | 85.701.308,00 | 95,8% | 84.638.041,24 | 96,6% | 1.063.266,76 |
| Despesas com Pessoal | 39.762.434,42 | 44,4% | 39.737.188,10 | 45,4% | 25.246,32 |
| Remuner. certas e permanentes | 33.087.839,12 | 37,0% | 33.062.592,80 | 37,7% | 25.246,32 |
| Abonos variáveis ou eventuais | 4.144.499,42 | 4,6% | 4.144.499,42 | 4,7% | 0,00 |
| Segurança social | 2.530.095,88 | 2,8% | 2.530.095,88 | 2,9% | 0,00 |
| Aquisição de bens e serviços | 11.583.430,93 | 12,9% | 10.555.999,49 | 12,0% | 1.027.431,44 |
| Aquisição de bens | 1.218.795,60 | 1,4% | 1.123.093,77 | 1,3% | 95.701,83 |
| Aquisição de serviços | 10.364.635,33 | 11,6% | 9.432.905,72 | 10,8% | 931.729,61 |
| Juros e outros encargos | 6.073,20 | 0,0% | 6.073,20 | 0,0% | 0,00 |
| Juros e outros encargos | 6.073,20 | 0,0% | 6.073,20 | 0,0% | 0,00 |
| Transferências correntes | 34.274.045,21 | 38,3% | 34.263.456,21 | 39,1% | 10.589,00 |
| Entidades autónomas | 10.971.527,38 | 12,3% | 10.971.527,38 | 12,5% | 0,00 |
| Exterior | 17.410,33 | 0,0% | 6.821,33 | 0,0% | 10.589,00 |
| Subvenç. aos Partidos Políticos | 22.522.736,55 | 25,2% | 22.522.736,55 | 25,7% | 0,00 |
| Subvenç. aos Grupos Parlament. | 762.370,95 | 0,9% | 762.370,95 | 0,9% | 0,00 |
| Outras despesas correntes | 75.324,24 | 0,1% | 75.324,24 | 0,1% | 0,00 |
| Dotação provisional | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,0% | 0,00 |
| Diversas | 75.324,24 | 0,1% | 75.324,24 | 0,1% | 0,00 |
| Capital | 3.759.967,70 | 4,2% | 2.977.844,67 | 3,4% | 782.123,03 |
| Aquisição de bens de capital | 3.376.261,70 | 3,8% | 2.594.138,67 | 3,0% | 782.123,03 |
| Investimentos | 3.312.727,34 | 3,7% | 2.533.925,69 | 2,9% | 778.801,65 |
| Locação Financeira | 63.534,36 | 0,1% | 60.212,98 | 0,1% | 3.321,38 |
| Transferências de capital | 383.706,00 | 0,4% | 383.706,00 | 0,4% | 0,00 |
| Entidades autónomas | 383.706,00 | 0,4% | 383.706,00 | 0,4% | 0,00 |
| Outras despesas de capital | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,0% | 0,00 |
| Dotação provisional | 0,00 | 0,0% | 0,00 | 0,0% | 0,00 |
| Total | 89.461.275,70 | 100,0% | 87.615.885,91 | 100,0% | 1.845.389,79 |

Decorre da avaliação anteriormente efectuada ao plano de investimentos a identificação dos projectos cujos encargos transitaram para a gerência de 2006.



O Quadro 21 evidencia ainda a estrutura da despesa assumida e paga, sendo que ambas estão na ordem de 96%, para as despesas correntes, e de 4% para as de capital.

Face à totalidade dos encargos assumidos, constata-se que 2,1% dos mesmos transitaram para 2006. Relativamente aos encargos assumidos com as despesas correntes transitaram apenas 1,2% do respectivo montante, enquanto nas despesas de capital essa taxa sobe para 20,8%, explicável pela natureza e o valor dos projectos de investimento.

A despesa assumida e que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2006, deve-se, ainda, à inexistência do período complementar para o apuramento de contas, dado que a implementação do POC-AR implicou o encerramento do ano económico a 31 de Dezembro, e à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projectos a que respeitam.

8.2 Das Receitas

Importa salientar que, na estrutura da receita cobrada, as receitas próprias da AR representam apenas 1,2%, à semelhança de anos anteriores. Estas receitas registaram um acréscimo de 109,1%, justificado essencialmente pela mudança de Legislatura a 10 de Março que deu lugar a um aumento do valor cobrado relativo a guias de reposição não abatidas, correspondendo a um grau de realização de 241,1%, e assim excedendo as previsões efectuadas aquando da elaboração do OAR2005 Suplementar.

Quadro 22 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS

Unidade: Euro

| Designação | 2004 | 2005 | Var% |
|---|-------------------|--------------------|---------------|
| Publicações, impressos e artigos diversos | 107.205 | 93.662 | -12,6% |
| Outros bens | 24.418 | 35.066 | 0,0% |
| Juros | 228.982 | 312.976 | 36,7% |
| Guias de reposição não abatidas | 99.283 | 828.450 | 734,4% |
| Vendas de senhas de refeição | 262.584 | 278.413 | 6,0% |
| Rendas | 45.466 | 46.304 | 1,8% |
| Receitas diversas | 63.951 | 144.876 | 126,5% |
| <i>Receitas Cobradas</i> | <i>831.888</i> | <i>1.739.747</i> | <i>109,1%</i> |
| Transferências do OE | 77.905.496 | 144.477.491 | 85,5% |
| Total | 78.737.384 | 146.217.238 | 85,7% |

O financiamento com origem no OE, que representa 98,8% do total do OAR2005, ficou 85,5% acima do relativo ao exercício anterior, conforme evidencia o Quadro 22. Este aumento está relacionado com o pagamento de subvenções para campanhas eleitorais das Eleições Legislativas (€7.484.000) e Autárquicas (€50.415.885) no exercício de 2005.

As receitas orçamentadas e cobradas em 2005 constam do quadro abaixo.

Quadro 23 – GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS COBRADAS EM 2005

Unidade: Euro

| Designação | OAR Corrigido | Receita cobrada | Grau Real.% |
|---|--------------------|--------------------|---------------|
| Publicações, impressos e artigos diversos | 45.000 | 93.662 | 208,1% |
| Outros bens | 24.500 | 35.066 | 143,1% |
| Juros | 123.000 | 312.976 | 254,5% |
| Guias de reposição não abatidas | 140.000 | 828.450 | 591,7% |
| Vendas de senhas de refeição | 240.000 | 278.413 | 116,0% |
| Rendas | 44.500 | 46.304 | 104,1% |
| Receitas diversas | 104.452 | 144.876 | 138,7% |
| <i>Receitas Cobradas</i> | <i>721.452</i> | <i>1.739.747</i> | <i>241,1%</i> |
| Transferências do OE | 144.477.491 | 144.477.491 | 100,0% |
| Total | 145.198.943 | 146.217.238 | 100,7% |

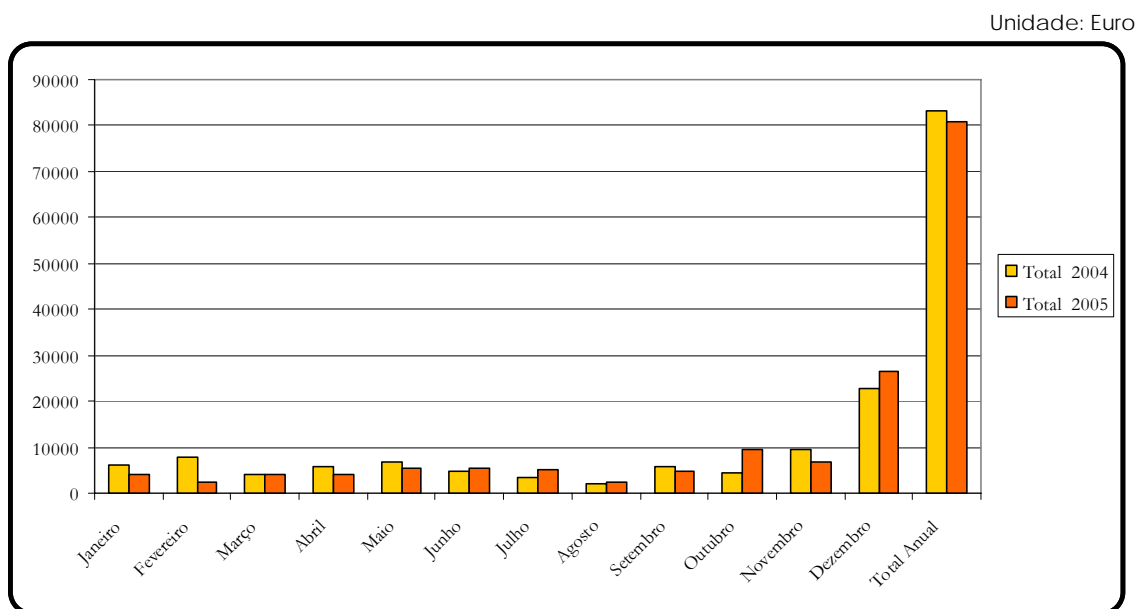
Para além da receita cobrada, nos montantes acima indicados, constituiu ainda receita o saldo de gerência da Assembleia da República, apurado a 31

de Dezembro de 2004, no valor total de €9.383.198,20, o saldo de gerência da Provedoria de Justiça no montante de €634.740,00 e o da Comissão Nacional de Protecção de Dados no valor de €33.300,28.

Por outro lado, o saldo de gerência apurado à data de 31 de Dezembro de 2005, no montante de €67.985 10³ inclui designadamente, €50.415.885 relativos às subvenções para as campanhas das Eleições Autárquicas de 2005, cuja publicação dos resultados só ocorreu em 2006, e €1.845 10³ a título de encargos assumidos no exercício e que transitam para o ano de 2006 (cerca de 2,1%), montantes que constituem receita do Orçamento de 2006.

A evolução das vendas realizadas na Livraria Parlamentar encontra-se expressa no Gráfico seguinte:

Gráfico 12– EVOLUÇÃO DAS VENDAS NA LIVRARIA PARLAMENTAR



A receita proveniente da venda das senhas de refeição registou um aumento de 6,0%, em parte devido ao crescimento do número de utentes do refeitório, que de 68.817 em 2004, passaram a 71.593 em 2005.



Os montantes relativos a “Receitas Diversas” foram superiores em 126,5% aos valores apurados 2004 devido essencialmente às seguintes razões:

- à cobrança aos funcionários dos encargos enquanto beneficiários dos Serviços Sociais do Ministério da Justiça;
- à inclusão das receitas próprias cobradas pela CNPD;
- à inclusão dos montantes decorrentes do contrato existente com a Top Atlântico.

Os rendimentos gerados pelas aplicações financeiras registaram um aumento de 36,7%, em consequência de uma melhor aplicação dos excedentes de tesouraria.



Nota Final

De acordo com os artigos 4º e 59º da Lei Orgânica da Assembleia da República, o Relatório e Conta são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, a Assembleia da República procede à remessa da sua Conta de Gerência ao Tribunal de Contas até 15 de Maio do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.



Serviços da Assembleia da República

Secretária-Geral
Maria Adélfina de Sá Carvalho

Adjunta da Secretária Geral
Teresa Xardóné

Adjunta da Secretária Geral
Maria do Rosário Rodrigues de Andrade de Paiva Boléo

Auditor Jurídico
Adriano Fraxenet de Chuquere Gonçalves da Cunha

Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado
Lucinda da Conceição Andrade Ferreira Almeida

Divisão de Apoio ao Plenário
Isabel Maria Graça Pereira (em regime de substituição)

Divisão de Apoio às Comissões
Alexandra Maria Fonseca Pereira da Graça

Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual
José Nogueira Diogo

Direcção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão
Rui José Pereira Costa

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
Pedro José Teixeira Guerreiro Valente

Divisão de Edições
Ana Margarida Serpa Soares Menino Vargas

Biblioteca
José Luís Martins Tomé

Arquivo Histórico-Parlamentar
Leonor Faria Calvão Borges

Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
Victor Manuel Pires da Silva



Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros
Maria Teresa Monteiro Fernandes

Divisão de Recursos Humanos e Administração
Maria José Brandão da Silva Tigeleira Afonso

Divisão de Gestão Financeira
Maria Isabel Duarte Silva Feijóo Burnay

Divisão de Aprovisionamento e Património
Francisco José Pereira Alves

Centro de Informática
João Viegas Vilhete d'Abreu

Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo

Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
José Manuel Araújo

Divisão de Relações Internacionais
Cristina Isabel Gonçalves Ferreira

Divisão de Protocolo
Helena Petiz (Até 30 de Setembro)

Museu
Teresa de Jesus Parra da Silva (Responsável)

Gabinete Médico e de Enfermagem
Fernando José Carrilho Ribeiro Leitão

Serviço de Segurança
Tenente-Coronel Victor Alberto Dias Rosa